



DIÁRIO da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 2 DE FEVEREIRO DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

João Cerveira Corregedor da Fonseca

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

S U M Á R I O

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de lei n.º 88/VII.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias relativo à retoma de mandato de um Deputado do PSD.

O Sr. Presidente anunciou os resultados das eleições para diversos órgãos exteriores à Assembleia, tendo sido proclamados eleitos os candidatos José da Silva Lopes para Presidente do Conselho Económico e Social, José Manuel Menéres Sampaio Pimentel para Provedor de Justiça, Manuel Alegre de Melo Duarte, Eurico Silva Teixeira de Melo, Fernando Manuel dos Santos Gomes, António Moreira Barbosa de Melo e José Joaquim Gomes Canotilho para o Conselho de Estado, Carlos Manuel Adrião Rodrigues, Eduardo Júlio Mignolet Oliveira da Silva, Maria Estrela Ramos Serrano Caleiro, Jorge Nelson Henriques Queiroz e Mário Lopes Figueiredo para o Conselho de Opinião da RDP e José Ângelo Guerreiro da Silva, Vítor Manuel de Oliveira Faria e João Paulo Tavares de Almeida Fernandes para o Conselho Directivo do Instituto da Promoção Ambiental.

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (Consigliero Pedroso) respondeu às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP) e Eurico Figueiredo (PS), sobre as medidas tomadas para salvar as ruínas do Convento do Carmo e para apurar as

responsabilidades pela situação de risco em que se encontram, e ainda aos Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), Fernando Pereira Marques (PS), João Amaral (PCP) - que também deu explicações ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa) -, Carlos Encarnação (PSD), Nuno Baltazar Mendes (PS) e Nuno Abecasis (CDS-PP).

À pergunta sobre a extinção das escolas profissionais, feita pela Sr.^a Deputada Maria Luísa Ferreira (PSD), com pedidos adicionais dos Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), José Calçada (PCP), António Martinho (PS), Carlos Coelho (PSD) e Fernando de Sousa (PS), respondeu a Sr.^a Secretária de Estado da Educação e Inovação (Ana Benavente).

O Sr. Secretário de Estado da Indústria (Augusto Mateus) respondeu à pergunta feita pelo Sr. Deputado Ruben de Carvalho (PCP), sobre a Siderurgia Nacional, com pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Joel Hasse Ferreira (PS) e José Calçada (PCP).

À pergunta sobre o impacte ambiental relativo ao terminal de contentores no Porto de Sines, feita pela Sr.^a Deputada Heloisa Apolónia (Os Verdes), com pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Joel Hasse Ferreira (PS) e Isabel Castro (Os Verdes), respondeu o Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente (José Sócrates).

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente respondeu ainda a uma pergunta da Sr.^a Deputada Isabel Castro (Os Verdes) sobre a despoluição do rio Trancão e, aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Manuel Vargas (PS) e Bernardino Soares (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérito Joaquim Ferro Pires.
Agostinho Marques Moleiro.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António Bento da Silva Galamba.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António Jorge Mammerickx da Trindade.
António José Gavino Paixão.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Carlos Manuel Luís.
Cláudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
Francisco José Pinto Camilo.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Henrique José de Sousa Neto.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Soares Palmeiro Novo.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.
José da Conceição Saraiva.

José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel de Medeiros Ferreira.
José Manuel Marques da Silva Lemos.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Pinto Simões.
Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Pedro de Carvalho Martins.
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Vargas.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo de Jesus Amado Sequeira.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Maria Jesuína Carrilho Bernardo.
Mário Manuel Videira Lopes.
Martim Afonso Pacheco Gracias.
Miguel Bernardo Ginetas Machado Monteiro Albuquerque.
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Pedro Luís da Rocha Baptista.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d'Assunção Pimenta Rego.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel dos Santos Namorado.
Rui Manuel Palácio Carreteiro.
Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.
Sérgio Humberto Rocha de Ávila.
Victor Brito de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
Álvaro dos Santos Amaro.
Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio.
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.
Antônio da Silva Antunes.
Antônio Costa Rodrigues.
Antônio de Carvalho Martins.
Antônio Fernando da Cruz Oliveira.
Antônio Germano Fernandes de Sá e Abreu.
Antônio Joaquim Correia Vairinhos.
Antônio Jorge de Figueiredo Lopes.
Antônio Moreira Barbosa de Melo.
Antônio Roleira Marinho.

António Soares Gomes.
Arménio dos Santos.
Bernardino Manuel de Vasconcelos.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.
Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco José Fernandes Martins.
Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
Gilberto Parca Madail.
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
Hugo José Teixeira Velosa.
João Álvaro Poças Santos.
João Calvão da Silva.
João do Lago de Vasconcelos Mota.
João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
Joaquim Fernando Nogueira.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
José Guilherme Reis Leite.
José Macário Custódio Correia.
José Manuel Costa Pereira.
José Manuel Durão Barroso.
José Manuel Nunes Liberato.
Lucília Maria Samoreno Ferrá.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Filipe Menezes Lopes.
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Alves de Oliveira.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Filipe Correia de Jesus.
Manuel Maria Moreira.
Maria do Céu Baptista Ramos.
Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Rolando Lima Lalande Gonçalves.
Rui Fernando da Silva Rio.
Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.

Fernando Manuel Gomes da Encarnação.
Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.
Jorge Alexandre Silva Ferreira.
Manuel Fernando da Silva Monteiro.
Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.
Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
Nuno Kruz Abecasis.
Paulo Sacadura Cabral Portas.
Rui Manuel Pereira Marques.
Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
António João Rodeia Machado.
Bernardino José Torrão Soares.
João António Gonçalves do Amaral.
João Cerveira Corregedor da Fonseca.
José Fernando Araújo Calçada.
Lino António Marques de Carvalho.
Luís Manuel da Silva Viana de Sá.
Maria Luísa Raimundo Mesquita.
Maria Odete dos Santos.
Octávio Augusto Teixeira.
Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia.
Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente: — Em primeiro lugar, vou proclamar o resultado das eleições, que tiveram lugar ontem, para órgãos exteriores à Assembleia da República, procedendo à leitura das respectivas actas.

ACTA

A um de Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, na Sala D. Maria do Palácio de S. Bento, procedeu-se à eleição para o cargo de Presidente do Conselho Económico e Social, tendo sido apresentada uma única candidatura subscrita por Deputados pertencentes aos Partidos Socialista e Social Democrata, a do Dr. José da Silva Lopes: 208 votantes; 164 votos sim; 39 votos brancos; 5 votos nulos.

O candidato apresentado foi eleito por ter obtido a maioria qualificada constitucionalmente requerida para o efeito.

Para constar se lavra a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados escrutinadores, Duarte Pacheco e José Reis.

ACTA

No dia um de Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, na Sala D. Maria do Palácio de S. Bento, procedeu-se à eleição para o cargo de Provedor de Justiça, tendo sido apresentada uma única candidatura, subscrita por Deputados pertencentes aos Partidos Socialista e Social-Democrata, a do Conselheiro José Manuel Menéres Sampaio Pimentel: 208 votantes; 160 votos sim; 43 votos brancos; 5 votos nulos.

O candidato apresentado foi eleito por ter obtido a maioria qualificada constitucionalmente requerida para o efeito.

Para constar se lavra a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados escrutinadores, Duarte Pacheco e José Reis.
ACTA

A um de Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, na Sala D. Maria do Palácio de S. Bento, procedeu-se à eleição de cinco membros para o Conselho de Estado.

Foram presentes a sufrágio duas listas, designadas, respectivamente, por A, proposta por Deputados pertencentes ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e B, proposta por Deputados pertencentes ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A lista A apresentou os seguintes candidatos: Manuel Alegre de Melo Duarte; Fernando Manuel dos Santos Gomes; José Joaquim Gomes Canotilho; Pedro Amadeu Albuquerque Santos Coelho; António Fernando Marques Ribeiro Reis.

A lista B apresentou os seguintes candidatos: Eurico Silva Teixeira de Melo; António Moreira Barbosa de Melo; José Bernardo Veloso Falcão e Cunha; Adalberto Paulo da Fonseca Mendo; Maria Manuela Dias Ferreira Leite.

Os resultados obtidos foram os seguintes: votantes, 209; votos na lista A, 103; votos na lista B, 76; votos brancos, 21; votos nulos, 6.

Em face dos resultados, declararam-se eleitos para o Conselho de Estado os seguintes cidadãos:

Manuel Alegre de Melo Duarte;
Eurico Silva Teixeira de Melo;
Fernando Manuel dos Santos Gomes;
António Moreira Barbosa de Melo;
José Joaquim Gomes Canotilho.

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser deviamente assinada.

Os Deputados escrutinadores, Duarte Pacheco e José Reis.

ACTA

A um de Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, na Sala D. Maria do Palácio de S. Bento, procedeu-se à eleição de cinco representantes para o Conselho de Opinião da RDP.

Foram presentes a sufrágio duas listas, designadas, respectivamente, por A, proposta por Deputados pertencentes ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e B, proposta por Deputados pertencentes ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A lista A apresentou os seguintes candidatos: Carlos Manuel Adrião Rodrigues; Maria Estrela Ramos Serrano Caleiro; Mário Lopes Figueiredo; Avelino Rodrigues; António José Delgado Colaço.

A lista B apresentou os seguintes candidatos: Eduardo Júlio Mignolet Oliveira da Silva; Jorge Nelson Henriques Queiroz; Jorge de Oliveira Gonçalves; Pedro Miguel da Silva Dias Branco Carvalhas; José Luís Mendonça Nunes.

Os resultados obtidos foram os seguintes: votantes, 208; votos na lista A, 108; votos na lista B, 76; votos brancos, 25; votos nulos, 1.

Em face dos resultados, declararam-se eleitos os seguintes representantes:

Carlos Manuel Adrião Rodrigues;
Eduardo Júlio Mignolet Oliveira da Silva;
Maria Estrela Ramos Serrano Caleiro;
Jorge Nelson Henriques Queiroz;
Mário Lopes Figueiredo.

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser deviamente assinada.

Os Deputados escrutinadores, Duarte Pacheco e José Reis.

ACTA

A um de Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, na Sala D. Maria do Palácio de S. Bento, procedeu-se à

eleição de três membros para o Conselho Directivo do Instituto da Promoção Ambiental. Foram presentes a sufrágio duas listas, designadas respectivamente por A, proposta por Deputados pertencentes ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e B, proposta por Deputados pertencentes ao Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata.

A lista A apresentou os seguintes candidatos: José Ângelo Guerreiro da Silva; João Paulo Tavares de Almeida Fernandes; Maria Eugénia Webb.

A lista B apresentou os seguintes candidatos: Vítor Manuel de Oliveira Faria; Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar; Manuel Guilherme Caras Altas Duarte Pinheiro.

Os resultados obtidos foram os seguintes: votantes, 209; votos na lista A, 107; votos na lista B, 76; votos brancos, 25; votos nulos, 1.

Em face dos resultados, declararam-se eleitos os seguintes representantes:

José Ângelo Guerreiro da Silva;
Vítor Manuel de Oliveira Faria;
João Paulo Tavares de Almeida Fernandes.

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser deviamente assinada.

Os Deputados escrutinadores, Duarte Pacheco e José Reis.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de um diploma que, entretanto, deu entrada na Mesa, assim como de um relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, nos termos do estabelecido na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, deu entrada na Mesa, e foi aceite, o projecto de lei n.º 88/VII — Conselhos locais de segurança (PS).

Deu também entrada um relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias que se refere à retoma de mandato do Sr. Deputado José Costa Pereira, do PSD, a partir de 1 de Fevereiro corrente, cessando o Sr. Deputado José Costa Leite, sendo o parecer no sentido de que a retoma em causa é de admitir.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo inscrições, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, como é do conhecimento da Câmara, a ordem do dia de hoje consta de perguntas ao Governo.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares está a pedir a palavra. Para que efeito é, Sr. Secretário de Estado?

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou usar da palavra apenas para dar uma explicação.

Numa das últimas conferências de líderes foi estabelecido que os Grupos Parlamentares do PS e do PSD teriam direito a fazer, cada um, duas perguntas ao Governo, enquanto os restantes grupos parlamentares apenas teriam direito a uma.

No entanto, quando os textos das perguntas deram entrada, na segunda-feira, na Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares já não foi possível assegurar, quer ao Grupo Parlamentar do PS, quer ao do PSD, a resposta a duas perguntas, do que o Governo se penitencia.

Assim, assumo o compromisso de que, na próxima sessão de perguntas, tal como acontece hoje relativamente ao

Grupo Parlamentar de Os Verdes, devido a não ter sido respondida a respectiva pergunta na sessão anterior, o Governo responderá a mais uma pergunta de cada um dos grupos parlamentares — PS e PSD — e, na altura, estes informarão se pretendem que seja respondida alguma das que ficam por responder hoje ou se preferem apresentar seis perguntas de entre as quais escolheremos três.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, consideramos que foi muito digna esta atitude do Governo e, em nome do PSD, quero dizer que a aceito de bom grado. Assim, na próxima sessão de perguntas ao Governo, o PSD apresentará quatro perguntas, tal como fez desta vez, das quais o Governo escolherá três.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos então passar à fase das perguntas ao Governo.

A primeira pergunta, formulada pelo Sr. Deputado Eurico Figueiredo, tem o mesmo conteúdo e o mesmo objectivo da terceira, formulada pela Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto. Penso que não haverá oposição a que ambos façam as suas perguntas de seguida, saltando por cima da segunda, e, assim, será dada uma resposta única pelo membro do Governo que está presente para o efeito.

O Sr. Deputado Eurico Figueiredo quis ter a atitude de dar a primazia à Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto por ter sido a primeira a suscitar o problema neste Hemiciclo. Assim, tem a palavra a Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quero começar por lamentar a ausência neste Hemiciclo do Sr. Ministro ou do Sr. Secretário de Estado da Cultura. Penso que a pergunta lhes foi dirigida e que, na perspectiva de que a questão das ruínas do Carmo requer uma integração de medidas, a ausência de qualquer um destes membros do Governo parece-me de lamentar.

A situação das ruínas do Carmo traduz, uma vez mais, a incompatibilidade crónica entre ordenamento e património cultural. Considerando o legítimo desejo de desenvolvimento comunitário, por um lado, e a riqueza arquitectónica portuguesa, por outro, esta incompatibilidade é preocupante e deve ser resolvida. Ao fim e ao cabo, tratar-se tão-só da capacidade de articular serviços — que, necessariamente, pertencem a diferentes tutelas — na fase de planeamento de qualquer obra pública ou alteração estrutural.

Não posso deixar de recordar, a propósito, a posição defendida neste Hemiciclo pelo Ministro da Cultura, aquando do debate de Foz Côa. E se admito, embora não concorde, que o Sr. Ministro da Cultura considere as peças arqueológicas de Foz Côa tão importantes como as ruínas do Carmo, não admitirei que as considere menos importantes do que as peças arqueológicas de Foz Côa, por razões óbvias.

Ora, se no caso de Foz Côa podia admitir-se alguma hesitação e dúvida, porque se tratava de uma barragem que é uma obra de grande envergadura, pelos gastos consideráveis de dinheiros públicos, pela dificuldade em encontrar locais alternativos para a realização da obra, pelos custos acrescidos, pela ponderação de interesses conflituantes de grande relevância para o bem público e pela gestão de um factor imprevisto — o próprio aparecimento das gravuras —, nada disto comoveu ou encorajou a ponderação do Sr. Ministro da Cultura, ao menos nas suas

palavras que, se bem me recordo, numa visão maniqueísta, nos dividiu em selvagens e civilizados e reclamou, em nome da civilização, a imediata suspensão das obras, com a consequência da não construção da barragem.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Ora, suspender as obras do Metropolitano de Lisboa em nome da salvaguarda das ruínas do Carmo ou mesmo, tão-só, em nome da eliminação de riscos prováveis é, obviamente, uma decisão muito mais simples: um telefonema, um fax, um recado aos seus colegas de Governo, um despacho conjunto, enfim, um procedimento comezinho. Mas, que eu saiba, o Sr. Ministro da Cultura não o fez!

Aliás, que sei eu, que sabe a minha bancada, que sabem os portugueses sobre este assunto que não seja o que a comunicação social transmite?

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Nada!

A Oradora: — Em nome da tão falada transparéncia não seria de esperar uma posição oficial, relatando os factos e anunciando as medidas?

E o que diz a comunicação social? Uma breve resenha fornece-nos o seguinte panorama: não se sabe o resultado da reunião da comissão de peritos; a Câmara Municipal de Lisboa ainda não disse se as obras dos comerciantes são ilegais ou não; o Presidente da Associação Portuguesa de Arqueólogos anda, há vários dias, a tentar encontrar-se com o Ministro da Cultura; no Ministério da Cultura diz-se que esta questão, apesar de ser matéria de cultura, pertence ao Ministério do Equipamento Social; a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que está sob a tutela do Ministério do Equipamento Social, nada diz sobre este assunto; o Metropolitano diz que está tudo sob controle.

Da informação disponível conclui-se, pois: primeiro, a inexistência de medidas coordenadas; segundo, a inexistência de uma política de informação; terceiro, um «passar de bola» — passe a expressão — entre serviços e organismos co-responsáveis; quarto, a incapacidade de tomar medidas que, no mínimo, traduzissem a providência cautelar que se impõe; quinto, um clima de inimputabilidade generalizada na tentativa de desresponsabilizar os diferentes intervenientes. Ou seja, a incapacidade de fazer, num quadro bem mais simples, aquilo que se exigiu para Foz Côa.

Ficamos, assim, na dúvida se existem para VV. Ex^{as} patrimónios e patrimónios, conceitos e conceitos de cultura e civilização que, ao sabor de algum oportunismo político, vão sendo avaliados com dois pesos e duas medidas.

Formulo, então, a pergunta: foram ou não tomadas as medidas indispensáveis para salvar as ruínas do Convento do Carmo? E que medidas serão adoptadas para apurar todas as responsabilidades pela situação de risco em que as mesmas se encontram, em virtude das obras do Metropolitano de Lisboa?

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Eurico Figueiredo, tem a palavra para fazer a sua pergunta.

O Sr. Eurico Figueiredo (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A Sr.^a Deputada

Maria José Nogueira Pinto trouxe, há dias, ao Parlamento, com grande sentido de oportunidade, o problema das ruínas do Carmo. Nesse mesmo dia, eu próprio já tinha feito uma pergunta ao Governo sobre esta matéria. De qualquer maneira, penso que é absolutamente legítimo que, hoje, aqui, a Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto tenha a pertinência de, novamente, suscitar esta questão.

Srs. Membros do Governo, o sentimento que, até certo ponto, têm as pessoas que estão atentas aos meios de comunicação social é o de que Lisboa como que está a desfazer-se: há prédios que caem, há muros que caem, há ruínas que desaparecem. Por isso, há um sentimento de mal-estar em relação a uma cidade que é a nossa capital e à qual todos os portugueses têm de prestar uma atenção muito privilegiada.

Lisboa não é uma cidade qualquer e as ruínas de Lisboa não são ruínas de uma cidade qualquer. Assim, a inquietação aumentou por se tratar de um espaço cheio de simbolismo, dado que está ligado a Nuno Álvares Pereira, ao terror do próprio Terramoto e ao desejo de reconstrução que se lhe seguiu. Por isso, as ruínas do Carmo «mexem» simbolicamente com muito do nosso imaginário, com muita da nossa ligação a Lisboa e com muitas das nossas próprias preocupações em relação a uma cidade em risco do ponto de vista sísmico.

As ruínas do Carmo são, simultaneamente, um espaço de grande beleza, de uma grande dignidade, que a cidade de Lisboa tem a obrigação de preservar como área de qualidade, numa perspectiva estética e de ligação dos cidadãos com a sua própria cidade, com a sua própria história, com a sua própria memória.

Nesse sentido, é pertinente perguntar-se ao Governo o que foi feito previamente — e eu sei que a responsabilidade de sobre o que foi feito previamente não compete a este Governo, mas era bom que soubéssemos —, a fim de compatibilizar este património com uma obra que é obviamente uma necessidade, a do metropolitano de Lisboa.

Após o mal-estar que se criou no País e junto dos próprios lisboetas, gostaria ainda de perguntar ao Governo que medidas foram tomadas, *a posteriori*, no sentido de diminuir a compreensível preocupação dos lisboetas em relação a este problema.

É óbvio que nós próprios, como Deputados, também temos obrigações — aliás, estamos a assumi-las agora, aqui — e estou certo de que, com a resposta que o Governo nos dará, vai diminuir o mal-estar criado em relação a este problema na cidade de Lisboa.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, que dispõe de seis minutos.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (Consiglieri Pedroso): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me que comece por dizer-vos quanto me sinto honrado por, pela primeira vez, fazer uma intervenção pública neste Plenário da Assembleia da República. Como tal, sinto que é meu dever cumprimentar todas VV. Ex.^{as}, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dado que é nesta Câmara que reside, de facto, o cerne da nossa democracia.

Tentarei ser objectivo na resposta que vou dar e, como tal, vou socorrer-me de um pequeno memorando que tenho comigo. Se tiver tempo, acrescentarei mais alguns comentários e, depois, ficarei ao vosso dispor para prestar qualquer esclarecimento adicional que venham a solicitar-me.

Passo, então, a ler o memorando que me foi preparado e que é perfeitamente objectivo.

As ruínas do Convento do Carmo têm estado, e estarão, sob rigorosa observação, com vista à sua preservação e recuperação. O relativo abandono a que estiveram votadas foi interrompido com os preparativos da obra do metropolitano de Lisboa. Com efeito, antes de qualquer intervenção próxima daquela zona histórica, foi implementado, por aquela empresa, um rigoroso plano de observação e instrumentação, em simultâneo com o registo do estado de todas as construções existentes. Para cumprir tal desiderato, tem-se recorrido às mais modernas e fiáveis tecnologias, vindo obter, em tempo real, a informação necessária ao desenvolvimento dos trabalhos na máxima segurança.

No caso vertente, e de acordo com a análise dos especialistas em patologia de construções, não foi detectado qualquer nexo de causalidade entre o actual estado das ruínas e a obra do metropolitano de Lisboa. Não obstante, a empresa Metropolitano de Lisboa certamente será responsabilizada, ainda que não seja a responsável, pelo que venha a ocorrer, embora tudo indique que os problemas detectados têm outras causas, como sejam a acentuada e progressiva degradação das ruínas e outras intervenções na envolvente do monumento.

Consciente desta realidade e também no quadro do seu dever mais lato de servir a coisa pública, tem vindo aquela empresa pública a programar, em articulação com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, todas as acções que permitirão a recuperação de um património ímpar, que importa preservar. Tais acções consistirão, para além da continuação do plano de observação e instrumentação, em medidas de escoramento, tratamento de fissuras e impermeabilização. Com estas medidas e outras que os especialistas venham a recomendar, fica garantido que o monumento em questão verá aumentada a sua longevidade, por reporte à situação existente antes das obras do metropolitano de Lisboa e, assim, continuará a constituir uma importante referência visitável da nossa memória colectiva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se me permitem algumas palavras mais, direi que não deixa de ser relativamente irónico que sejam assacadas à empresa Metropolitano de Lisboa acções que podem redundar em danos e em ónus graves, quando se trata de uma empresa que tem uma dimensão cultural instilada na sua estratégia e na sua dinâmica, o que estaria em completa contradição com qualquer desatenção que houvesse em relação a tudo o que é preservação do nosso património.

Nesta obra, a empresa tem recorrido aos mais eminentes especialistas portugueses, desde o honorável bastonário da Ordem dos Engenheiros, Professor Marinha das Neves, eminente especialista em Geologia, ao Professor Teixeira Trigo, especialista reconhecido internacionalmente em patologia das construções, ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e tem um protocolo que está em vias de se transformar num contrato com a Associação dos Arqueólogos Portugueses. De facto, não nos temos pougado a esforços, empresa e tutela, num quadro de solidariedade institucional que me apraz aqui assinalar, para que haja todos os cuidados e se minimizem ao máximo os riscos que qualquer obra sempre envolve.

A ironia desta situação é que, quiçá, se não houvesse a intervenção do Metropolitano de Lisboa na Baixa, o Carmo estaria, hoje em dia, em muito maior risco e o seu futuro estaria muito mais comprometido. Temos de ter a noção, Srs. Deputados, de que todo o Chiado em geral e

as ruínas do Carmo em particular têm estado, desde há muitos anos, em estado de degradação permanente das suas estruturas: todo aquele património imobiliário, todo aquele património cultural tem sido deixado à usura dos tempos e corria sérios riscos.

Penso que a intervenção do Metropolitano permitiu, de facto, uma acrescida atenção e um despertar da opinião pública para aquilo que está em causa e que é, simultaneamente, dotar a cidade de algo muito importante como seja a expansão da rede do metropolitano, visando melhores níveis de mobilidade e acessibilidade para os cidadãos desta cidade no final da década e, consequentemente, aumentar fortemente a sua qualidade de vida, assim como salvar vários patrimónios, porque a empresa tem conciliado as duas vertentes: a do desenvolvimento e a da visão cultural que tem a ver com patrimónios e com tudo aquilo que está ligado à nossa memória colectiva.

Queria aqui assegurar que tudo está sob observação, a empresa não se tem pougado a esforços, tendo até estabelecido protocolos com as mais responsáveis entidades da nossa vida organizada.

Termino, endereçando um convite à comissão especializada da Assembleia da República para a área do equipamento social, para visitar as ruínas do Carmo, juntamente com membros do Governo, com a presença do Sr. Ministro, de mim próprio e de outros membros do Governo, com a presença do Sr. Presidente da Câmara e de todo o pessoal responsável e ligado a esta obra, porque gostaríamos de no local, *in situ*, poder fazer uma apresentação do que foi feito, do que está a ser feito, dos cuidados que estão a ser assegurados e, dessa forma, tentar instilar um sentimento de grande confiança em relação àquilo que está em movimento neste momento. A ironia desta situação, insisto, é que, se acaso não tivesse havido este alargamento do metropolitano, haveria boas razões para que todos nós, neste Hemiciclo, estivéssemos bem mais preocupados.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.^a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, não ponho em causa a cultura da empresa Metropolitano de Lisboa, mas, sim, o afastamento de organismos do Governo que têm nas suas competências a responsabilização por este tipo de obras.

Assim, independentemente de a empresa Metropolitano de Lisboa ter uma grande tradição em termos culturais — não sei se tem se não tem, mas acredito nas palavras de V. Ex.^a — quero saber o que se passa, por exemplo, com o IPPAR, ou seja, num cenário negro, que não se espera que venha a acontecer depois das palavras de V. Ex.^a, se alguma coisa acontecer às ruínas do Carmo, o País vira-se para a empresa Metropolitano de Lisboa ou para o Ministério da Cultura, entre outros organismos e outras tutelas? É esta a pergunta que lhe faço.

O Sr. Presidente: — Para outra pergunta adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico de Figueiredo.

O Sr. Eurico de Figueiredo (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, agradeço os comentários que fez bem como os seus propósitos. No que se refere à Comissão de Equipamento Social, Poder Local e Ambiente, a que neste momento presido, irei transmitir o desafio que faz, pois é um desafio estimulante e *in loco* é muitas vezes mais fácil termos uma percepção daquilo que está a ser feito e daquilo que não está a ser feito.

De qualquer maneira, gostava de fazer um comentário, que não é uma crítica mas sim uma atitude. Acredito sempre nas boas intenções das pessoas e acredito sempre na capacidade técnica e na isenção de quem tem a responsabilidade de executar obras no nosso país ou qualquer outra iniciativa. Mas o local próprio, em democracia, para debatermos as coisas, é aqui, no Parlamento e, por isso, como Deputado, cumprir a minha obrigação e o Sr. Secretário de Estado, como membro do Governo, cumpriu a sua. Muito obrigado por isso.

O Sr. Presidente: — Para pedir um esclarecimento adicional, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto, com grande clareza, equacionou já a questão central deste problema. É que, estando nós a falar de património do Estado e da responsabilização que esse mesmo Estado tem, relativamente aos cidadãos, não falando do passado mas daquilo que são já responsabilidades do novo Executivo, como é que se pode entender a desarticulação dos diferentes intervenientes, como é o caso do IPPAR e do Ministério do Ambiente; e como é que é possível explicar que, independentemente de se saber que a lei da avaliação dos impactes ambientais claramente não obriga a que intervenções desta natureza sejam precedidas de estudos, não haja, nestas situações e antes destas intervenções, um conhecimento do que elas podem desencadear.

Neste momento, sendo uma situação herdada do passado, o que queremos é saber como é que é possível que a Associação Portuguesa de Arqueólogos tenha dificuldade em dialogar, como é que é possível que o IPPAR não esteja envolvido e que o diálogo entre as várias entidades que sobre esta matéria têm de actuar em conjugação, não esteja a ser garantido com eficácia.

O Sr. Presidente: — Para mais uma questão adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pereira Marques.

O Sr. Fernando Pereira Marques (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, antes de mais, as minhas saudações amigas a V. Ex.^a.

Há uma questão de fundo, no que diz respeito a esta matéria, que gostava de vos expor. O IPPAR, em relação à conservação do património, através do seu plano de investimento, assegura a conservação de cerca de duzentos imóveis classificados; para isso, no seu último orçamento, teve cerca de sete milhões de contos. Por outro lado, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais assegura a conservação dos restantes imóveis classificados, portanto, cerca de 2800, e tem um orçamento dez vezes inferior.

Esta é a questão de fundo que, desde há muito, temos vindo a levantar, assim como a da definição clara das áreas de competência entre o IPPAR e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Nesse sentido, Sr. Secretário de Estado, e tendo em conta que este é um problema que se arrasta desde há anos, em relação ao qual questionámos os governos anteriores, inclusive, aquele a que pertenceu a Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto, queria deixar-lhe um apelo para que o Governo ponha mãos a esta questão de fundo, que é a de resolver o problema da definição de competências entre o IPPAR e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

O Sr. Presidente: — Ainda para um esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, o Sr. Deputado Eurico de Figueiredo afirmou que cumpria a obrigação de fazer a pergunta e V. Ex.^a cumpria a obrigação de responder. Devo dizer-lhe que vinha com a convicção de que teríamos uma resposta que nos iria tranquilizar. Contudo, o que V. Ex.^a veio aqui dizer-nos pode resumir-se no seguinte: o Carmo está em risco de cair, pode cair, mas isso não é responsabilidade do Metropolitano de Lisboa! Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado! Muito obrigado por não ser da responsabilidade do Metropolitano! Mas o grande problema é que V. Ex.^a veio aqui trazer factores acrescentados de preocupação. Afinal, o Governo confirma que as ruínas do Carmo podem desabar! E confirma que a empresa Metropolitano de Lisboa não tem responsabilidade! Mas não se está a fazer mais nada!

Sr. Secretário de Estado, creio que a resposta necessária é, de facto, a do Ministério da Cultura. Mas o Sr. Ministro da Cultura tem muita dificuldade em vir a esta «caverna de selvagens» — onde há muitos, não digo que haja só «selvagens»! Creio que há-de chegar a altura em que ele nos virá aqui explicar quais são as medidas para assegurar a defesa das ruínas do Carmo.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, pediu a palavra para que efectue?

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, pedi palavra para que não haja qualquer equívoco sobre a relação do Sr. Ministro da Cultura com esta Assembleia.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, tem de me dizer qual é a figura regimental que invoca.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, estou a enunciar o propósito para saber se tenho figura regimental que me permita intervir neste momento.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, tem a figura regimental da defesa da honra do Governo. Para isso, dar-lhe-ei a palavra no final deste conjunto de perguntas.

O Sr. João Amaral (PCP): — Ele defende a honra do Governo e eu defendo a da «caverna»!

O Sr. Presidente: — Também para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, a primeira coisa que queria dizer-lhe é a da minha consideração e grande respeito por si, o respeito que tive e continuei a ter por si como presidente, que foi, do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa durante o governo a que eu pertenci e com quem, pessoalmente, colaborei em muitas coisas importantes para Lisboa. Queria dizer-lhe, além disto, que V. Ex.^a, nesta altura, está aqui com outra responsabilidade.

Quanto à empresa Metropolitano de Lisboa já se viu que não tem responsabilidade, penso que nenhuma, em relação àquilo que acontece com o Convento do Carmo — essa seria a parte da responsabilidade que poderia ser as-

sacada ao governo anterior, na relação que tinha com o Metropolitano de Lisboa. Já V. Ex.^a acabou de dizer que nem o governo anterior tinha qualquer responsabilidade nem o Metropolitano de Lisboa a que V. Ex.^a presidia! E disse muito bem.

Nesta altura, V. Ex.^a é vítima de outra coisa, aqui, nesta Câmara, e já se deve ter dado conta disso: é vítima da demagogia de outros sectores do Governo. É por isso que, nesta altura, por exemplo, o Sr. Deputado João Amaral fez a intervenção que fez, porque quando o Sr. Ministro da Cultura faz intervenções verdadeiramente «troglodíticas» aqui, nesta Assembleia, V. Ex.^a não é responsável, mas o Governo, no seu conjunto, é-o.

Ora, o problema com que V. Ex.^a se debate nesta altura é um problema de responsabilidade do Governo. Mais, um problema da responsabilidade da área da cultura do Governo! Se o Convento do Carmo ameaça cair, então, V. Ex.^a deve instar o Sr. Ministro da Cultura para consigo colaborar, com os meios técnicos apropriados para tentar evitar o que seria um crime de lesa-património. E V. Ex.^a deveria também fazer lembrar ao Sr. Ministro da Cultura, com toda a certeza, que a intervenção dele é prioritária e urgente. A não ser que V. Ex.^a se dedicasse a lembrar ao Metropolitano de Lisboa que, por qualquer razão de dor de consciência, teria, de acordo com a lei do mecenato, de ser obrigado a apoiar também a reconstrução ou o impedimento da ruína do Convento do Carmo.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Baltazar Mendes.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, a pergunta adicional que vou colocar, relativa às questões aqui focadas, é a seguinte: é ou não verdade que as recentes intempéries que têm assolado o País, nomeadamente a cidade de Lisboa, têm provocado também alguma degradação nas ruínas do Convento do Carmo, no que diz respeito às infiltrações, cuja existência neste momento já foi verificada e que, portanto, serão alheias, de alguma forma, às obras do próprio metropolitano?

Quero também perguntar se é ou não verdade que existe uma comissão constituída por especialistas, integrando, entre outras, a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, na dependência do Ministério da Cultura, onde haverá um envolvimento de todas estas áreas e entidades, com respeito à análise desta questão?

Não poderia ainda deixar de chamar a atenção para o facto de, nesta, como em outras matérias, ser preciso que as decisões sejam tomadas, bem tomadas e bem assumidas, tendo em conta todo o quadro existente. Não podemos é fazer como no passado, e alguns de nós estaremos recordados de algumas situações verificadas nomeadamente nesta cidade de Lisboa, quando decisões precipitadas e inopinadas geraram casos que, depois, tiveram evoluções menos agradáveis para as pessoas envolvidas.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, dispondo de 10 minutos.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de começar por esclarecer, com algum formalismo ou solenidade, se me

permitem esta liberdade de expressão, algo que, para mim, é fundamental: aprendi há muito tempo na vida — e desculpem-me o plebeísmo com que o vou dizer — que «copo é copo, trabalho é trabalho»; «amigos, amigos, negócios à parte»; relações pessoais são relações pessoais, relações empresariais, profissionais ou políticas são outra coisa.

Há 15 dias ou três semanas eu era presidente do Metropolitano de Lisboa, mas voltei uma página da minha vida e estou aqui como membro do Governo e não confundo os dois planos. Gostava que ficasse bem claro que estou a falar como Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Por isso, isto nada tem a ver com o presidente do Metropolitano de Lisboa. Poderão, quanto muito, dizer que estou especialmente favorecido, porque, na medida em que fui presidente do Metropolitano de Lisboa, estou muito dentro desta matéria.

Começo por responder à questão mais acutilante, colocada pelo Sr. Deputado João Amaral, porque, de facto, colocou na minha boca algo que eu não disse: que estávamos perante a ruína, que se antevia a existência de danos enormes e prejuízos gravíssimos, tendo iniciado um quadro de algum apocalipse que se situaria no nosso futuro próximo.

Sr. Deputado, repito dois parágrafos que li na minha primeira intervenção: «As ruínas do Convento do Carmo têm estado, e estarão, sob rigorosa observação, com vista à sua preservação e recuperação». Isto é dito exactamente com a objectividade com que o estou aqui a repetir. E continuava: «O relativo abandono a que estiveram votadas foi interrompido (...)» — foi interrompido, porque temos de reconhecer que estiveram votadas a esse abandono — «(...) com os preparativos da obra do metropolitano de Lisboa. Com efeito, antes de qualquer intervenção próxima daquela zona histórica, foi implementado, por aquela empresa, um rigoroso plano de observação e instrumentação, em simultâneo com o registo do estado de todas as construções existentes».

Assim, não posso aceitar, se me permite a expressão, a formulação com que iniciou a sua intervenção.

A Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto referiu a questão da cultura e da intervenção da área da cultura, de se entender que o Governo é um aglomerado de ministérios que não têm entre eles uma lógica de solidariedade institucional e de interacções e inter-relações que permitem assumir estratégicas sistémicas, globalizantes e integradoras. Deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada que esse entendimento institucional, essa solidariedade institucional entre ministérios existe e a prova é que a empresa Metropolitano de Lisboa assumiu acordos e/ou protocolos com o IPPAR, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o LNEC. Todas as entidades, umas com uma forte valência cultural, outras com uma forte valência tecnológica, estão empenhadas em acompanhar e em apoiar o Metropolitano no cumprimento das boas regras da arte, para que a operação de expansão da rede do metropolitano seja, de facto, rodeada de êxito, sem prejuízo para o Estado.

Eu diria, como disse há pouco, que — peço desculpa por me repetir — a ironia de tudo isto é que, se não houvesse expansão da rede do metropolitano, estou certo de que as ruínas do Carmo, como a maior parte de todo parque imobiliário do Chiado, estariam em grave risco, porque estão, de facto, em muito mau estado. A usura dos tempos e, eventualmente, algumas desatenções na preservação desses patrimónios, isso, sim, é altamente perigoso.

Há uma questão que não pretendia referir em particular, mas não posso deixar de o fazer. Não venho fazer processo de intenção, pois não faz parte da minha forma de estar na vida e de me assumir publicamente, mas há fortes presunções de que todas as obras efectuadas durante décadas na envolvente do monumento não terão sido devidamente acompanhadas, na vertente do seu impacto nas ruínas. Assim, pensa-se que muitas obras feitas em imóveis, em lojas, em estabelecimentos, estão exactamente na vertical do Convento do Carmo, e situam-se a quase cinco metros das suas fundações, tendo sido também feitas obras, eventualmente clandestinas, possivelmente não acompanhadas pela Câmara Municipal de Lisboa, o que terá provocado impactos negativos no estado do monumento.

Devo dizer também que foram efectuadas escavações por arqueólogos portugueses e de imediato interrompidas, no Verão de 1955 — de 1955, Sr.^a Deputada! —, e logo se verificou que essas escavações, feitas não sei por que motivo, tinham provocado um alargamento da fissura do portal sul.

No final, tem de se constatar e reconhecer que toda a colina do Chiado, onde está o Convento do Carmo, é fortemente instável e, do ponto vista geológico, é uma colina muito difícil, que apresenta condições naturais extremamente desfavoráveis.

O que o Governo, através da sua empresa instrumental e institucional que é o Metropolitano de Lisboa, está a fazer é, tendo havido a oportunidade de arrancar com um grande projecto ao serviço da cidade e dos nossos concidadãos, despertar a atenção de todas as entidades envolvidas nesta problemática da salvaguarda do património e não só para o estado muito precário de todo o parque imobiliário do Chiado e, concretamente, do Convento do Carmo. Assim, mobilizaram-se meios, empenhamentos e vontades políticas para que tudo se faça com controle, em tempo real, e para que haja uma intervenção e correcção imediata dos efeitos na progressão das obras, de modo a não representarem qualquer risco.

Desta forma, penso que posso tranquilizar o Sr. Deputado João Amaral, pois a nossa expectativa não é a de que estejamos todos na iminência de uma derrocada do Convento do Carmo ou de grandes apocalipses enunciados. A nossa visão, pelo contrário, é a de que estamos, neste momento, a conduzir um trabalho que honra a engenharia portuguesa, o trabalho mais complexo que jamais se fez nesta cidade e neste país, em termos de engenharia civil. É pena que os cidadãos, em geral, e a classe política, em particular, não tenham a percepção do que está a ser feito, que é verdadeiramente notável e honroso para a engenharia portuguesa, com grande sentido de responsabilidade e cuidado, e que será, quiçá, a forma de salvaguardar esse grande património cultural que é o Convento do Carmo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, era isto o que queria dizer-vos, com sentido de responsabilidade, em nome do Governo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, assiste à sessão plenária um grupo de alunos da Escola Secundária de Gama Barros, do Cacém, e da Escola do 1.º Ciclo Básico n.º 187, de Lisboa, acompanhados pelos seus professores. Quero felicitar os professores pela iniciativa que cada vez mais os motiva de trazerem os alunos ao Parlamento, para assistirem aos nossos trabalhos. Peço aos Srs. Deputados a habitual saudação.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Nuno Abecasis, pede a palavra para que efecto?

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Sr. Presidente, se me for permitido, gostaria de colocar uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Presidente: — Já não é, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Então, quero interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Sr. Presidente, tirando o aspecto cómico que algumas vezes estas questões tomam, mesmo quando se trata de problemas muito sérios, atrevo-me a fazer, sob a forma de interpelação à Mesa, uma observação.

Penso que é completamente desajustado falarmos quase que em responsabilidades criminais, seja de quem for. A verdade é que a perfuração do túnel do metropolitano está a fazer-se bastantes metros abaixo da rua do Carmo, sob ela há uma colina rochosa alterada e era, em termos técnicos, perfeitamente impossível prever se iria ou não ter alguma repercussão sobre as ruínas do Carmo. Mas o facto é que teve.

Houve aqui uma questão para a qual não vi resposta. Penso que a mais elementar prudência aconselharia a que se fizesse, com as ruínas do Carmo, o que se tem feito com tantas fachadas em Lisboa. Isso é tecnicamente possível, tem um valor limitado e de maneira alguma comparável com que se pode pôr em risco com a perda das ruínas do Carmo. Refiro-me à consolidação e suporte da fachada. Na verdade, uma vez terminadas as obras de perfuração do metropolitano e consolidado o túnel, não há mais riscos para as ruínas do Carmo, que possam resultar daí, apesar de poder haver riscos que resultem de outra coisa.

Deste modo, pergunto ao Sr. Secretário de Estado, se me é permitido, se, de facto, o Governo tem ou não intenção de suspender as obras durante o tempo necessário para supor tar as paredes do Carmo e impedir que as alterações da colina possam ter efeitos que levem à sua total perda.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, mas peço-lhe que seja o mais conciso possível.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, vou ser muito breve. Quero apenas dizer que, se entendi mal, penitencio-me por isso. Mas pergunto ao Sr. Secretário de Estado, por intermédio da Mesa, se é ou não verdade que falou...

O Sr. Presidente: — Peço-lhe, Sr. Deputado, que seja o mais conciso possível.

O Sr. João Amaral (PS): — A minha interpelação é muito breve, quero apenas dizer que, se entendi mal, me penitencio disso.

No entanto, pergunto ao Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, por intermédio da Mesa, se é ou não verdade que falou de problemas com origem na envolvente das ruínas e decorrentes de uma falta de tratamento das mesmas ao longo do tempo que motivavam uma situação preocupante.

Sr. Secretário de Estado, face a essa situação preocupante, para além da forma correcta e adequada como o Metropolitano possa estar a fazer a obra, não será preciso uma intervenção mais de fundo, que tranquilize os lisboetas, os portugueses e salve aquele património?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Como o Sr. Secretário de Estado já revelou ter bom ouvido, a Mesa abstém-se de dar qualquer resposta a essa interpelação.

Sendo assim, Sr. Secretário de Estado, e já que há pouco não utilizou todo o tempo, os 10 minutos a que tinha direito, embora isso não seja muito curial, tem dois minutos para responder às duas questões agora formuladas.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território: — Bom, Sr. Presidente, dispondo apenas de dois minutos, tenho de ser muito selectivo e sintético, o que vou procurar ser.

Sr. Deputado João Amaral e meu querido amigo Engenheiro Nuno Abecasis — penso que o Regimento permite este tratamento mais familiar —, de facto, estão a fazer-se, em tempo real, os reforços de toda aquela área envolvente do monumento, que é aquilo que tanto o Sr. Deputado João Amaral como o Sr. Deputado Nuno Abecasis pediam. Está, pois, a ser feito em tempo real o reforço da envolvente com injecções de *jet grounding* — desculpem-me o palavrão tecnológico, dada a extrema dificuldade que alguns de vós poderão ter em entendê-lo por não terem a mesma formação técnica que eu. Isso está a ser feito.

Quanto à possibilidade referida de parar as obras do metropolitano, isso envolve ónus de ordem jurídica ou contratual com os consórcios e envolve prazos e objectivos que são pagos pelo erário público, que são pagos por todos nós. É evidente que a obra da extensão do metropolitano desde aquela zona até ao rio, até ao Cais do Sodré e até ao Terreiro do Paço, trará de facto à cidade melhorias de funcionalidade, padrões de qualidade de vida, que são também muito importantes, e tudo que seja para além de prejuízos tangíveis de ordem financeira tem prejuízos intangíveis relacionados com a própria cidade e com a qualidade de vida dos nossos cidadãos, nomeadamente nos níveis de mobilidade, de acessibilidade, que desejamos garantir até ao final da década.

Devo dizer — e não disse há pouco — que tenho aqui um dossier apoiado em mapas que explicam bem como, inclusivamente, as obras do metropolitano a ocorrer numa certa zona não têm afectado outras, como por exemplo, onde está exactamente o Convento do Carmo.

Neste momento, o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território exibe o mapa do desenho da obra do Metropolitano.

Como se pode verificar, o Carmo está aqui nesta zona e os impactos das obras do metropolitano verificam-se nessa outra zona. As obras têm dado algumas preocupações, mas a empresa tem vindo a resolvê-las com grande competência, apoiada nos melhores consultores, nos melhores especialistas deste país. Gostaria, se me permitem, de entregar, hoje, amanhã ou no princípio da próxima semana, este dossier completo à Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente para terem

uma clara noção de tudo aquilo que está em causa, sem prejuízo de uma visita in situ, de forma a que mais directamente possam conhecer todos os aspectos da questão.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para exercer o direito de defesa da honra da bancada do Governo, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Defesa da honra foi a qualificação que veio da Mesa, creio que para me permitir usar da palavra, o que agradeço. Gostaria, sobretudo, de dar uma palavra à Câmara, e em particular ao Sr. Deputado João Amaral, pela forma como as perguntas vinham formuladas.

O PS não se dirigiu concretamente a qualquer membro do Governo, e pedia medidas tomadas para salvaguardar o Convento do Carmo. Mas a pergunta feita pela Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto foi efectivamente dirigida ao Ministério da Cultura, e como também tinha por objecto essencial as medidas indispensáveis a tomar para salvar as ruínas do Convento de Carmo, que se encontram em risco por força das obras do metropolitano, o Governo entendeu que as respostas só poderiam ser dadas adequadamente pelo responsável governamental que tem a seu cargo a tutela de quem tem de executar essas medidas indispensáveis.

Admirei e percebo o gosto que os Srs. Deputados têm — o que registo e sei que encantará o Sr. Ministro da Cultura — em o ver mais vezes presente nesta Assembleia, onde, aliás, já nos honrou uma vez com a sua presença, mas o Governo vem a estas sessões de perguntas para responder através da pessoa mais adequada para o efeito.

Por isso, não queria que vissem na ausência do Sr. Ministro da Cultura qualquer desrespeito para com a Assembleia da República, que obviamente nenhum membro deste Governo tem.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Percebo que, às vezes, olhando à volta, para as bancadas, possa ter algumas memórias de outros governos, mas creio que este Governo nada tem feito para merecer um epíteto tão cavernícola como aquele que nos foi dirigido por V. Ex.^a.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral, para dar explicações, se assim o entender.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares deu explicações, pelo que eu quase diria que defendo a honra. Mas também vou dar algumas explicações.

Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, penso que o Governo escolheu, e, em minha opinião, muito bem, o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território para vir ao Parlamento responder às perguntas relacionadas com a responsabilidade da empresa Metropolitano de Lisboa. Só que o Sr. Secretário de Estado levantou uma questão que, a meu ver, ultrapassa o âmbito da resposta e da pergunta, porque põe em questão a própria situação das ruínas face a outras componentes. Ora, essa

visão mais larga pertencerá, a nosso ver, ao Ministro da Cultura ou a um seu departamento.

Devo ainda dizer que não tenho, em relação ao Governo, a opinião de que tem comportamentos semelhantes a esses que referiu, do tal passado. Pelo contrário, quero até assinalar que os seus comportamentos são diferentes a esse nível, o que saúdo.

Aplausos do PS.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território: — Muito obrigado.

O Orador: — Mas, como «não há bela sem senão»,...

Vozes do PS: — Ah!...

O Orador: — ... tenho de assinalar que o Sr. Ministro da Cultura é um excelente exemplo daquilo que não se deve fazer quando vem à Assembleia dizer o que disse.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

A Sr.^a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Sr. Presidente, não sei que figura regimental posso utilizar, mas...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, não inventemos figuras regimentais! Não podemos deixar proliferar...

A Sr.^a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Posso fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Pode, Sr.^a Deputada, embora essa figura esteja caracterizada no Regimento, e não dá para tudo. Não dá cobertura para tudo, Sr.^a Deputada, mas faça favor.

A Sr.^a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Sr. Presidente, uma vez que o nosso pedido foi no sentido de estar presente o Sr. Ministro da Cultura, pedi a palavra apenas para dizer que esse procedimento foi utilizado aquando da discussão da problemática de Foz Côa, que não estava presente exclusivamente pela parte hidráulica, embora, pela sua lógica, pudesse estar. Continuo preocupada, porque, em meu entender, o que aqui interessava era apurar, a nível de atribuições de competências e responsabilidades, a forma como institucionalmente, não é informalmente, Sr. Secretário de Estado, se organizam esse conjunto de entidades. Isto é o que eu penso que interessa aos cidadãos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Como vê, Sr.^a Deputada, as interpelações são como as cerejas. Agora, o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares também está a pedir para interpelar a Mesa.

Faça favor.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, quero apenas dizer que, quanto à questão mais vasta que excedia a pergunta e eventualmente a possibilidade de resposta do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, o Sr. Ministro da Cultura está, com certeza, disponível para vir à Assembleia. No entanto, sugeria que a sua vinda fosse através da Comissão adequada, seja ela a da Educação, Ciência e Cultura, seja ela a da Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente, conforme o entendam ou, então, aguardamos por uma próxima sessão de perguntas ao Governo.

Em minha opinião, talvez fosse mais rápido, dada a urgência e o interesse manifesto do tema, a vinda do Sr. Ministro da Cultura à Comissão, desde que estas se entendam quanto a isso, e verifico que se encontram presentes na Sala os presidentes das duas Comissões...

Penso que da parte do Governo há toda a disponibilidade, designadamente do Sr. Ministro da Cultura, como, aliás, não poderia deixar de ser evidente, porque nunca podemos confundir a veemência com que um membro do Governo se refere a governos anteriores ou a quem sustenta a posição de governos anteriores com o respeito institucional pela Assembleia da República e por cada um dos Srs. Deputados.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimento a esta matéria, vamos passar à pergunta relativa à extinção das escolas profissionais, que será formulada oralmente pela Sr.^a Deputada, em representação do PSD.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada Maria Luísa Ferreira.

A Sr.^a Maria Luísa Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Educação e Inovação: Antes de mais, visto ser a primeira vez que V. Ex.^a vem a este Parlamento na qualidade de membro do Governo, quero apresentar-lhe cumprimentos de boas-vindas e desejar-lhe um bom desempenho do cargo para bem da comunidade educativa e dos portugueses em geral.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Jorge Lacão (PS): — O Sr. Deputado Carlos Encarnação tem muito a aprender!

A Oradora: — Sr.^a Secretária de Estado da Educação e Inovação, as escolas profissionais instituídas em 1989, cujo regime foi alterado por decreto-lei, de 10 de Março de 1993, vêm-se afirmando, ano após ano, como um importante subsistema de formação de quadros especializados de nível não superior, indispensáveis ao desenvolvimento integrado do País.

Efectivamente, pela diversidade e carácter inovador dos seus cursos, pela vertente complementar dos estágios e pela implantação regional das unidades da sua rede, as escolas profissionais estão altamente vocacionadas para preparar a inserção sócio-profissional dos jovens saídos da escolaridade obrigatória que não pretendem obter da educação e inovação formação de nível superior e ainda para oferecer às empresas da região onde se inserem recursos humanos qualificados para as novas actividades e atitudes de uma dinâmica competitiva que importa refor-

çar. Frequentam-nas cerca de 30 000 alunos e, na sua falta, parte significativa destes jovens quedar-se-ia pela escolaridade obrigatória e, outra parte, iria sobrecarregar as escolas secundárias.

Em nosso entendimento, as escolas profissionais têm espaço e objecto. De modo geral, vêm cumprindo os seus objectivos, apesar de se debaterem com problemas de ordem jurídica, pedagógica e financeira: uns, com carácter estrutural e, outros, de mera conjuntura. Conhecê-los e encontrar as decisões adequadas para os resolver, será mérito que, naturalmente, não deixaremos de reconhecer à equipa governativa, se for caso disso.

Consideramos, por isso, útil e necessária a avaliação em curso, após seis anos de experiência deste subsector. Aguardávamo assim, Sr.^a Secretária de Estado, com natural expectativa e interesse, o resultado dessa avaliação global quando, atentos à comunicação social, ficámos a saber que o Governo pondera a extinção de escolas profissionais. Pela mesma via, já antes soubéramos da importância que o Governo atribui à contribuição das famílias nos custos do seu financiamento.

Referimo-nos a declarações do Sr. Ministro, publicadas a 24 de Janeiro último, e a declarações de V. Ex.^a, proferidas a 13 de Dezembro do ano transacto.

Sr.^a Secretária de Estado, a boa imagem que, de modo geral, as escolas profissionais já detêm e procuram consolidar foi granjeada a pulso, através de provas dadas com a qualidade de mão-de-obra formada e já a ocupar postos de trabalho, e é, seguramente, importante referência dos novos diplomados no mercado de trabalho.

Foi, pois, com verdadeira perplexidade que assistimos ao alarme da opinião pública com a ameaça indefinida da extinção de escolas profissionais, invocando-se, entre outras razões,...

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que termine, Sr.^a Deputada, pois já ultrapassou o tempo regimental.

A Oradora: — ... dúvidas genéricas quanto à qualidade da formação, o que equivale a lançar o descrédito no sector.

Poderá V. Ex.^a, Sr.^a Secretária de Estado, prestar-nos esclarecimentos sobre as razões de monta, que, por certo, existirão, subjacentes à atitude tomada pelo Sr. Ministro, antes mesmo de concluído o processo de avaliação em curso?

Poderá ainda dizer-nos se as declarações sobre financiamento tripartido, produzidas por V. Ex.^a, traduzem a intenção do Governo em sobrecarregar, ainda mais, as famílias com os custos do financiamento das escolas profissionais? É que, Sr.^a Secretária de Estado, o Estado não exige propinas nas escolas do ensino secundário normal. É preciso dizer-lo claramente. E, por outro lado, é pública e notória, mesmo confessada, a compreensão do Sr. Ministro, pela decisão do «não pagamos» tomada pelos alunos do superior.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Maria Luísa Ferreira, peço-lhe que termine, pois ultrapassou o tempo regimental, quase em dobro.

A Oradora: — Ora, para um Governo que, na sua grande paixão, reivindica uma posição de firmeza em matéria de justiça social, esperemos não assistir agora, Sr.^a Secretária de Estado, a uma actuação diferenciada e injusta, de filhos e enteados.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada,...

A Oradora: — Termo já, Sr. Presidente.

Nesta Câmara, é nosso direito questionar o Governo, mas é, sobretudo, nosso dever denunciar medidas que traduzam injustiças gritantes.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.a Secretária de Estado da Educação e Inovação.

A Sr.a Secretária de Estado da Educação e Inovação (Ana Benavente): — Sr. Presidente, Sr.a Deputada Maria Luísa Ferreira, agradeço as suas palavras de boas-vindas e passo, de imediato, a responder às questões que levantou.

Compreendo que haja preocupação pelas escolas profissionais, porque foi um dos domínios em que encontrámos problemas de várias ordens. Gostaria de dizer-lhe que o primeiro objectivo do Governo é o de consolidar o sistema das escolas profissionais, dentro de uma lógica, que é a nossa, de diversificação do ensino pós-obrigatório. Para consolidar esse sistema, é preciso racionalizá-lo, clarificar o sistema de funcionamento, porque é aí que reside uma parte importante dos problemas actuais das escolas profissionais, estabelecer as bases estatutárias destas escolas onde também reside uma parte importante dos problemas e, finalmente, criar regras que consolidem o papel dos promotores e os sistemas de direcção, gestão e estatutos dos professores.

Para iniciar este processo, o Governo decidiu, por um lado, dialogar com as associações que representam as escolas profissionais, nomeadamente a ANESPO, por outro, criar, como referiu, um grupo de avaliação do subsistema e não das escolas, pois esta é uma questão distinta, e, por outro ainda, visitar escolas — o que já aconteceu — e participar em iniciativas diversas de balanço deste subsistema, nomeadamente iniciativas da ANESPO.

Preocupámo-nos também em dar indicações à gestão do PRODEP, no sentido de serem canalizadas verbas indispensáveis ao normal funcionamento das escolas porque sabemos que se estas têm, por um lado, uma imagem positiva, têm também tido a imagem de escolas, que funcionam com algumas dificuldades, nomeadamente no que diz respeito a questões financeiras.

Preocupámo-nos, ainda, em inscrever no Orçamento do Estado as componentes nacionais que complementam os financiamentos provenientes do Fundo Social Europeu por — o que é importante dizer —, em relação a este financiamento, haver muitas dificuldades, já que, até 1999, serão necessários 117 milhões de contos, quando apenas estão inscritos no PRODEP 59 milhões de contos.

O Governo prevê que, após a apresentação do relatório da Comissão de Avaliação, recentemente nomeada, se estabeleçam critérios para actuar, nomeadamente, quanto a cursos existentes e a criar, mecanismos e estruturas de avaliação, sistema de financiamento e outras questões que necessitam de resposta urgente.

Finalmente, respondendo a uma das questões que levantou, dir-lhe-ei que o Governo não exclui — e foi provavelmente a essas declarações que se referiu — que só depois da avaliação das escolas, em particular daquelas que revelem maiores fragilidades ou cujos promotores revelem desinteresse pelo projecto, estas venham a ser encerradas, o que implicará a salvaguarda dos interesses legítimos dos estudantes que as frequentam.

Gostava de dizer que qualquer encerramento ou extinção de escolas profissionais só serão considerados nos ca-

sos em que as mesmas não assegurem com qualidade o serviço público de qualificação de jovens, uma vez que estas comprometeram-se a assegurá-la nos precisos termos do contrato-programa que as criou. Por outro lado, este processo de decisão será sempre precedido de uma análise da qualidade formativa, da inserção regional dos projectos e de indicadores quantitativos e qualitativos de desempenho.

Poderei desenvolver esta questão, mas queria dizer-lhe também que, como sabe, estas escolas são inteiramente financiadas por fundos públicos e, dado o Fundo Social Europeu assegurar 75% do seu financiamento, teremos de prever a prazo modelos alternativos de financiamento, os quais serão sempre decididos em negociação ideal com todos os parceiros, nomeadamente com as escolas profissionais.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra a Sr.a Deputada Maria Luísa Ferreira.

A Sr.^a Maria Luísa Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Sr.a Secretária de Estado, racionalizar, clarificar, criar regras, dialogar — eis os propósitos que V. Ex.^a aqui aduziu e que são úteis e precisos.

Porém, uma das perguntas que lhe fiz, a qual reforço, foi no sentido de saber se o Governo tem presente a situação das famílias com menor poder financeiro, o que implicaria a redefinição do financiamento sem o seu envolvimento. Tem V. Ex.^a consciência de que estes jovens estudantes provêm de famílias que, na generalidade, têm mais dificuldades financeiras e que, portanto, já vivem em circunstâncias mais difíceis em relação aos outros estudantes que frequentam o ensino secundário normal?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, no início de Dezembro do passado ano, pedimos à nova equipa, também no quadro da situação das escolas profissionais, uma informação relativa à Escola Profissional de Odemira, que, já nessa data, registava há sete meses problemas no pagamento dos salários aos professores. Trata-se de uma escola que acolhe fundamentalmente alunos provenientes dos PALOP, portanto, no âmbito de protocolos estabelecidos com as respectivas embaixadas.

Ora, porque a Sr.^a Secretária de Estado disse estar a reflectir para tentar encontrar soluções e porque não obtivemos, pela via institucional, outra resposta em relação a este assunto, pergunto o que fez o Executivo no sentido de resolver uma situação que, bem ou mal, foi herdada e tem de ser solucionada. Mais, em regiões extremamente penalizadas e do interior, estas escolas têm um papel fundamental para o desenvolvimento dessas regiões. Na situação particular em que esta escola acolhe alunos provenientes dos PALOP, pergunto como é que se projecta a concretização de uma intervenção imediata.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Calçada.

O Sr. José Calçada (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, é sabido o caos generalizado em que o anterior

governo deixou a situação das escolas profissionais, os milhares de contos de salários em atraso e de dívidas acumuladas pelas escolas, o incumprimento dos compromissos governamentais nessa área. Aliás, da bancada do PSD, muito me espanta que surjam agora críticas dessa natureza, a não ser que as encaremos como uma auto-crítica!...

Mas isso é passado e é de futuro que agora falamos.

Perguntamos, pois, à Sr.^a Secretária de Estado que pensa fazer o Governo relativamente aos compromissos não cumpridos e legitimamente assumidos pelo anterior governo. É que se, anteriormente, as escolas profissionais foram criadas por haver subsídios quando os mesmos não eram concedidos a outras escolas, isto é, se, por um lado, em grande medida, estas escolas foram consequência de uma situação de artificialismo e de eleitoralismo político nalguns casos, é inegável, por outro, que elas respondem, em muitos casos, a uma necessidade fundamental do subsistema educativo, bem como a necessidades fundamentais e a aspirações legítimas das populações e dos jovens de muitas das regiões onde estão inseridas.

Por isso, a questão que se coloca não é a de apenas olhar agora para as escolas com uma visão mais ou menos tecnocrática, saber as que são rendíveis e as que o não são ou as que, eventualmente, dão resposta a interesses ou a pseudo-interesses e aquelas que não dão.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Terminei de seguida, Sr. Presidente.

A questão que se coloca é, isso sim, a de saber se o Governo está disponível para apoiar o subsistema das escolas profissionais e se o vai fazer em termos tais que não sejam, mais uma vez, penalizados os alunos ou, eventualmente, as famílias por um ónus que, de todo em todo, lhes não respeita.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho.

O Sr. António Martinho (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, é de todos os socialistas a paixão pela educação, mesmo dos que estão ligados à agricultura. De facto, quem acompanhou o processo das escolas profissionais na anterior legislatura concluiria haver vários problemas e situações afeitivas, que o Deputado José Calçada lembrou agora.

As escolas profissionais têm de ser integradas numa política global de educação e formação em ordem ao desenvolvimento das regiões, e ainda bem que este Governo tem um Conselho de Ministros que abrange a educação, a formação, a ciência e a investigação.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — É só burocracia! Para isso voltemos às escolas comerciais e industriais, como antigamente!

O Orador: — Ora, no momento em que o Ministério está a proceder à avaliação das escolas profissionais, era importante saber até que ponto essas escolas criaram cursos adequados às regiões ou se não passam de instituições que se candidatam a verbas para cursos totalmente desadequados às regiões onde as mesmas se instalaram, quando deviam desempenhar um importante papel no seu desenvolvimento.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, seja bem-vinda na primeira vez que está presente nesta Casa.

Há duas questões relevantes relativamente às escolas profissionais que não têm a ver com a definição do subsistema de ensino, se bem que todos estejamos de acordo com a sua importância.

A primeira é o temor legítimo que se instalou na sociedade portuguesa quando, por afirmações de actuais membros do Governo, se gerou a sensação de que iam fechar muitas escolas. Na sua intervenção, a Sr.^a Secretária de Estado não desmentiu que algumas poderão ser fechadas e, sob esse ponto de vista, sustenta o receio legítimo de muitos dos principais interessados nesta matéria, mas disse que os alunos veriam os seus interesses acautelados e que isso seria consequência de um processo de avaliação. A pergunta é: como é que essa avaliação vai ser feita e quem vai fazê-la?

A segunda diz respeito a uma questão colocada pela Sr.^a Deputada Maria Luísa Ferreira que, como foi respondida muito ligeiramente, gostava que pudesse concretizá-la um pouco mais, que tem a ver com a gratuitidade. Até agora, este subsistema de ensino foi gratuito, à semelhança, aliás, do correspondente ao sistema de ensino formal. A questão é: vai deixar de o ser? É intenção deste Governo acabar com a gratuitidade nas escolas profissionais?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando de Sousa.

O Sr. Fernando de Sousa (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, as nossas saudações cordiais, pois penso ser a primeira vez que está connosco no Plenário.

Compreendo perfeitamente as preocupações legítimas do PSD sobre esta matéria, pois autorizou o funcionamento de numerosas escolas profissionais esquecendo-se de garantir o seu financiamento, havendo hoje um buraco financeiro de cerca de 50 milhões de contos.

Daí não ser de admirar que os salários de professores cheguem a estar atrasados em cerca de sete, oito meses e que tenham sido extinguidos cursos nalgumas escolas.

A Sr.^a Secretária de Estado sabe tão bem quanto nós que as cerca de 180 escolas existentes no País, apesar de funcionarem há vários anos, não têm ainda personalidade jurídica, não têm financiamento assegurado, não dispõem de instalações próprias nem de um corpo docente autónomo. Assim, comungamos das preocupações do Governo no sentido da estabilização de um sistema que se mantém frágil e com profundas debilidades.

Perante isto, pergunto, Sr.^a Secretária de Estado: como pensa o Governo estabilizar o sistema? Pensa o Governo garantir o financiamento e, portanto, o futuro das escolas profissionais para além de 1999, uma vez que 75% do respectivo funcionamento continua a ser garantido pelos fundos comunitários?

Estamos em crer que o futuro das escolas profissionais tem de ser assegurado por fundos públicos e, eventualmente, por outros, mas gostaríamos de saber a opinião da Sr.^a Secretária de Estado sobre este assunto.

O Sr. Presidente: — Para responder às questões adicionais que foram formuladas, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Educação e Inovação, que, para o efeito, dispõe de 10 minutos.

A Sr.^a Secretária de Estado da Educação e Inovação: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como sabem, as escolas pro-

fissionais situam-se na educação *post* obrigatória e são, neste momento, entidades privadas, provavelmente as únicas entidades privadas totalmente financiadas por fundos públicos.

Como já aqui foi dito por alguns Srs. Deputados, há problemas financeiros estruturais em relação a estas escolas, assim como de natureza jurídica, para além de outros.

Antes de dar-vos mais algumas informações, vou fazer duas observações.

Em primeiro lugar, salvaguardar os interesses dos alunos e das famílias — e é esta a nossa grande preocupação — só consolidando o sistema, porque não se salvaguardam os interesses dos jovens que frequentam estas escolas se não houver qualidade pedagógica e um sistema estabilizado, já que, em qualquer momento, o actual pode entrar em ruptura e pode deixar os alunos a meio da sua formação ou com cursos que deixam de ter suporte.

Por outro lado, penso que a opinião pública pode ficar tranquila quanto a esse temor de extinção das escolas profissionais porque, a ocorrer, tal só acontecerá, como referi, nos casos em que as escolas não ofereçam garantias de qualidade, de inserção regional dos projectos. De qualquer forma, essa extinção, a ocorrer, seria sempre gradual e salvaguardaria os interesses educativos dos alunos. É que, mais do que a extinção, de que é prematuro falar, é importante sublinhar que o que queremos é credibilizar a formação ministrada, sustentar o desenvolvimento das boas escolas, introduzindo rigor, exigência, autonomia e responsabilidade.

Quanto às questões que foram colocadas, vou referir duas, acrescentando desde já que estamos disponíveis, seja para dar-vos informação suplementar a qualquer momento, seja para que nos enviem requerimentos, que serão respondidos de imediato, sobre esta questão complexa e vasta das escolas profissionais.

No que diz respeito às escolas que têm problemas urgentes e graves imediatos, é verdade que tem havido atrasos nos pagamentos, situação esta com a qual nos deparamos. Uma das razões, entre outras, que nos é dada para esses atrasos tem a ver com o conjunto de subprogramas do PRODEP, isto é, quando há atrasos num, nomeadamente no da formação contínua de professores, o programa FOCO, tal implica atrasos e bloqueios noutros. Assim, o que temos feito é procurar desbloquear essas situações por meio do PRODEP.

Devo dizer que, em relação a outras situações de crise aberta em escolas, preocupamo-nos em acompanhá-las na detecção dos seus estrangulamentos e bloqueios, a fim de ver como podem ser ultrapassados.

Quanto às questões de financiamento e gratuitidade que foram levantadas, é evidente que, no dia em que acabarem os fundos europeus, estas escolas terão de ter um novo modelo de financiamento, o qual terá de ser preparado com muito cuidado, porque consideramos que este subsistema de ensino secundário é pertinente, é importante, tem razão de ser no quadro da oferta global de ensino secundário. Além disso, contrariamente ao que foi dito, não é verdade que este subsistema apenas se dirija a alunos que não querem continuar os estudos porque temos indicações de que uma parte dos alunos que frequenta as escolas profissionais continua os respectivos estudos superiores, o que é bom e muito importante, numa perspectiva de educação permanente.

De qualquer forma, quero dizer-vos que as nossas orientações quanto às questões de financiamento são as seguintes: é necessário diversificar e flexibilizar as fontes de financiamento através de processos de contratualização, nos quais estarão presentes o Estado, as escolas, as

empresas e os promotores e, provavelmente, também as famílias — tudo isto terá de ser negociado, debatido e visto, tal como acontece relativamente a outros subsistemas de natureza privada —; temos de alocar mais recursos financeiros, públicos e privados, para consolidar e desenvolver selectivamente este sistema, porque queremos a qualidade; temos de adequar o processo de financiamento à especificidade e duração das formações e, naturalmente, temos de simplificar e racionalizar os procedimentos burocráticos — isso é muito importante, nomeadamente a curto prazo.

Certamente sabem tão bem quanto eu própria que também há problemas com o crescimento deste sistema, no que diz respeito à sua rede e à sua inscrição regional. Por isso, para além de um acompanhamento e da avaliação posterior de cada escola — o que será sempre feito em parceria com as associações representativas destas escolas —, quanto aos seus problemas pedagógicos, de gestão, etc., pedimos um estudo de avaliação do sistema, cujos termos de referência são os seguintes: queremos saber como se inscreve o ensino profissional no ensino secundário, como é que foi o crescimento deste sistema; queremos conhecer a relevância dos cursos e a sua pertinência na região; queremos conhecer os problemas que existem relativamente ao estatuto jurídico; e queremos abordar o modelo de financiamento de modo a que este estudo, que encorramos a um grupo de trabalho, nos sirva para lançar um debate alargado que envolva os parceiros e que nos permita criar mecanismos para assegurarmos, a prazo, a continuação e o desenvolvimento equilibrado, pertinente e com qualidade das escolas profissionais.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Vamos passar à quarta pergunta, relativa à Siderurgia Nacional, formulada pelo Sr. Deputado Ruben de Carvalho, o qual tem a palavra para o efeito.

O Sr. Ruben de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado da Indústria: Em entrevista ao *Diário de Notícias*, em 18 de Dezembro do ano passado, V. Ex.^a afirmou, e cito, «existirem sinais preocupantes de desindustrialização do País».

Depreendia-se das declarações então prestadas que a política a ser adoptada pelo Governo teria como um dos objectivos contrariar esta tendência cujos custos para o País são por demais evidentes.

Ora, o desmembramento e processo de privatização da Siderurgia Nacional constitui, indesmentivelmente, mais do que um sinal, um evidente factor de desindustrialização num sector tão estratégico como o siderúrgico.

É geralmente reconhecido que o desmembramento e privatização e a consequente entrada de capitais estrangeiros não visaram a reconversão industrial da empresa mas, muito pelo contrário, o puro aproveitamento do mercado até agora abastecido pela produção nacional da Siderurgia Nacional em benefício da produção siderúrgica estrangeira, nomeadamente a controlada pelo grupo RIVA.

Aliás, a situação tem mesmo recortes obscuros, como seja a entrada no negócio da privatização da empresa gala MEGASA, reconhecidamente sem capacidade técnica ou financeira para entrar num universo como o da ex-Siderurgia Nacional.

Mas se todo o processo de privatização requer clarificação, a recente decisão de encerramento do trem médio ainda em funcionamento na unidade do Seixal é completamente incompreensível.

Em primeiro lugar, toda a produção do trem médio era consumida pelo mercado nacional e não há produto em armazém, embora critérios inexplicáveis tenham reduzido a produção a 60t/ano, quando já foi de 100 000t/ano, que o consumo nacional justificava.

Em segundo lugar, a decisão é tanto mais estranha quanto o tipo de produção do trem médio, aliás, produtos nobres de uma siderúrgica como vigas em I e em L, terá seguramente uma intensificação de procura no mercado português a breve prazo, nomeadamente com obras como as da Expo 98, o alargamento da Ponte 25 de Abril e instalação da linha ferroviária e a Ponte Vasco da Gama. Para não referir, igualmente, os projectos relativos ao metropolitano do Sul do Tejo.

Encerra-se uma unidade industrial estratégica, lançam-se no desemprego 200 trabalhadores altamente especializados. Já não são sinais de desindustrialização. É o Governo PS a desindustrializar e a agravar o desemprego. A estas horas, Sr. Secretário de Estado, há no Seixal 200 famílias que lhe perguntam o que é que se passa.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Indústria.

O Sr. Secretário de Estado da Indústria (Augusto Mateus): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É esta a primeira vez que aqui me desloco no exercício das minhas funções governativas e gostaria de começar por dizer que o faço com todo o gosto, porque penso que é no relacionamento intenso entre o Governo e a Assembleia da República que podemos dar passos seguros na credibilização do nosso sistema democrático. Portanto, faço-o com gosto, quer no plano pessoal, quer no plano político. E afirmo, desde já, que virei sempre a esta Casa com esse gosto.

A questão que me é colocada — e agradeço que tenha sido posta da maneira que o foi — é extremamente relevante porque, efectivamente — mantenho a minha afirmação —, um dos principais problemas que este Governo enfrenta é o da desindustrialização que deriva globalmente da incapacidade que tivemos, a nível nacional, para gerir a abertura concorrencial dos mercados. É um problema decisivo que tem a ver com a nossa integração europeia, com o nosso papel na União Económica e Monetária e com a afirmação da Europa no mundo que está a ser construído do ponto de vista empresarial, concorrencial e económico.

No entanto, em relação à Siderurgia, gostaria de colocar a questão nos seus devidos termos.

A Comunidade Europeia aprovou, através de uma decisão CECA, em 1992, uma orientação para a reestruturação das siderurgias na Europa. Essa orientação foi vertida em Portugal, através do Plano de Reestruturação Global da Siderurgia, em 1993. O governo anterior tentou proceder a uma primeira fase de privatização, que não surtiu efeito, e lançou uma segunda fase de privatização que foi decidida em Agosto e Setembro.

Quando o actual Governo tornou posse, tinha pela frente decisões tomadas pelo governo anterior que responsabilizavam o Estado português, tinha pela frente compromissos assumidos pelo Estado português em relação à CECA, que consubstanciaram apoios para a reestruturação da Siderurgia e para os aspectos sociais e ambientais associados. Havia duas hipóteses: ou pôr tudo isto em causa, comprometendo totalmente a credibilidade do Estado português, ou fazer o que era suposto fazer, isto é, dar ex-

ecução às decisões do governo anterior, não introduzindo essa falta de credibilidade do Estado português e corrigindo o que havia a corrigir, que é bastante.

Portanto, corrigiu-se uma das deficiências básicas de encargos que era a de não especificar correctamente como é que as obrigações assumidas no âmbito da Siderurgia Nacional passavam para as empresas privatizadas. Acelerou-se o processo para criar, com rapidez e clareza, a entrada numa nova fase da actividade siderúrgica em Portugal e, obviamente, definir o comportamento da presença do Estado como accionista da SN - Longos, que é a empresa em causa, do ponto de vista do trem médio.

Na preparação da assembleia geral que consumou a privatização, o Estado optou por ter um administrador e deu indicações precisas, através de um despacho meu, para que esse administrador exercesse o seu cargo com um conjunto de preocupações fundamentais, que são as seguintes: dizer que o Estado português quer que todos os compromissos sejam inteiramente acautelados, nomeadamente, que está preocupado com a total concretização do que são os novos investimentos que, do ponto de vista tecnológico, permitem relançar a actividade da empresa SN - Longos e que pretende que tal seja feito no pleno respeito dos direitos dos trabalhadores e do ambiente social que existia naquela empresa. Estas indicações foram transmitidas por mim próprio aos novos corpos sociais.

No que diz respeito ao trem médio, trata-se de uma actividade que estávamos obrigados a cumprir até ao final deste ano, no quadro das obrigações CECA, tendo sido uma decisão tomada pela empresa, no seu âmbito de empresa privada. É preciso dizer que o trem médio é, no seu funcionamento, quer actual, quer com melhoria das suas condições, uma operação deficitária, ou seja, a venda desses produtos far-se-ia, mesmo que tudo melhorasse drasticamente, o que não é possível, pelo que seria feito sempre perdendo dinheiro. Ora, há obrigações ambientais e obrigações sociais, e há uma herança, do ponto de vista do processo de privatização, tão pesada, que não faria sentido...

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, tenho de pôr fim à sua intervenção, pois já ultrapassou o tempo de que dispunha.

Para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, a questão que nos preocupa, essencialmente, no seguimento da pergunta formulada e da resposta de V. Ex.^a, é a de saber, no quadro da estratégia da política industrial, que V. Ex.^a e o actual Governo seguem, que tipo de futuro reservar para a Siderurgia e para a parte ainda não privatizada. Isto relaciona-se com o problema da articulação e da inserção da produção siderúrgica no quadro da malha industrial nacional.

Nesse sentido, pergunto-lhe até que ponto V. Ex.^a acha que os acordos com a CECA ainda implicarão alterações na estratégia da política siderúrgica do Governo português.

Para terminar, pergunto-lhe se nos pode dar mais algum elemento quanto ao trem médio. Já referiu que se trata de uma operação deficitária e julgo, pelos dados que tenho, que é uma operação que se realiza com prejuízos muito elevados e, no fundo, que se trata de uma produção pouco competitiva.

A minha questão é a seguinte: em relação aos compradores dos produtos provenientes do trem médio, como é que V. Ex.^a encara o problema das alternativas respectivas,

em termos de custo, para esses compradores? Relativamente à SN-Serviços, que tem algumas actividades e ainda alguns negócios, como é que V. Ex.^a encara a perspectiva da privatização? E que evolução ou inflexão, relativamente às actividades englobadas na SN-Serviços, encara quanto à estratégia de privatizações do actual Governo?

O Sr. Presidente: — Para mais um esclarecimento adicional, inscreveu-se entretanto o Sr. Deputado José Calçada. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. José Calçada (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, tendo embora consciência de que a questão que vou colocar no breve tempo que tenho, não tem directamente a ver com a questão neste momento em apreço, permito-me tomar a liberdade de a colocar tendo em atenção a gravidade da situação e sendo certo que a área da indústria e energia do Governo é, de alguma maneira, tutelar desta situação.

Cerca de 400 trabalhadores da empresa têxtil Abel Alves de Figueiredo, em Santa Cristina do Couto, concelho de Santo Tirso, lutam neste momento pela defesa dos seus postos de trabalho, ameaçados pela tentativa de um dos credores da empresa de retirar maquinaria do interior das instalações. Só a acção decidida dos trabalhadores conseguiu, até agora, impedir o desmantelamento da maquinaria e, deste modo, salvaguardar os postos de trabalho e garantir o funcionamento da unidade fabril. Acresce que, correndo os seus trâmites no Tribunal Cível de Santo Tirso um processo de falência requerido por dois credores, processo contestado pelos trabalhadores que requereram a recuperação da empresa, a tentativa de retirada da maquinaria revela-se de todo abusiva e extemporânea, tornando assim mais justificável o comportamento dos trabalhadores. Aliás, a empresa tem, neste momento, todos os seus compromissos regularizados em termos de pagamentos de salários, de matéria-prima e de energia e possui uma sólida carteira de encomendas, existindo igualmente um estudo avalizado pelos Ministérios da Indústria e Energia e das Finanças, bem como pela Segurança Social, que demonstra a sua viabilidade.

É de todos conhecido que esta empresa se insere num sector e numa região que atravessam graves problemas sociais e económicos, como é o têxtil de Vale do Ave, nomeadamente no que ao desemprego se refere, com todos os dramas pessoais, familiares e colectivos que aí entroncam. Neste quadro, a defesa dos 400 postos de trabalho da Abel Alves de Figueiredo torna-se igualmente um imperativo moral e político, não podendo nem devendo o Governo alhear-se da solução rápida da presente situação.

É assim que me permito colocar ao Sr. Secretário de Estado a seguinte questão: que medidas conjunturais e estruturais pensa o Governo desencadear para a viabilização ou apoio da empresa Abel Alves de Figueiredo e da defesa e manutenção dos seus 400 postos de trabalhos.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Ruben de Carvalho inscreveu-se agora para formular um pedido de esclarecimento, a que tinha direito, mas tinha de o solicitar. Eu não posso impor a palavra...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — É automático, de acordo com o Regimento.

O Sr. Presidente: — Não, não é automático. No entendimento do Presidente da Mesa, não é automático.

O Sr. João Amaral (PCP): — É a primeira vez que sabemos desse entendimento.

O Sr. Presidente: — No entendimento do Presidente da Mesa e até ver, ainda ninguém recorreu dele, não é automático. De toda a forma, vai ter direito a usar da palavra e não fica prejudicado por isso.

Apenas peço que, no futuro, formulem os vossos pedidos, porque eu não posso dar a palavra a quem não a pedir.

Sr. Deputado Ruben de Carvalho, tem a palavra.

O Sr. Ruben de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, julgo que V. Ex.^a terá oportunidade de completar a explicação que tinha iniciado, pois penso que o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira levantou um problema relevante.

É conhecido que o trem médio estava a funcionar com prejuízos, mas penso que, num sector com a importância do sector siderúrgico, os prejuízos não têm de ser considerados exclusivamente na óptica da empresa produtora, mas sim numa óptica mais vasta.

O problema colocado pelo Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira tem o seu cabimento, uma vez que é evidente que a rentabilização implicará custos para o mercado nacional e com evidentes consequências a jusante de toda a vasta utilização de produtos siderúrgicos. Além disso, e saliento que parece que este aspecto não faz parte das preocupações do Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, gostaria que, ao completar a sua informação, o Sr. Secretário de Estado deixasse muito claro o que tenciona fazer o accionista Estado na SN-Longos relativamente à defesa dos direitos dos trabalhadores entretanto mandados para casa.

O Sr. Presidente: — Para responder às perguntas formuladas, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Indústria.

O Sr. Secretário de Estado da Indústria: — Sr. Presidente, em relação às perguntas colocadas, deixarei para o fim a pergunta que se refere a um assunto diferente. Aliás, penso que essa é uma questão suficientemente relevante para ser objecto de um debate global e não surgir a partir de um debate sobre um caso específico, mas responder-lhe-ei de seguida.

Sobre a Siderurgia, gostaria de completar a minha resposta. No essencial, o problema de conseguir ter em Portugal um estratégia que trave a desindustrialização e crie condições sustentadas de emprego e produção de riqueza tem a ver com a existência de empresas competitivas. O destinatário principal da política industrial deste Governo são as empresas, e aquilo que corresponda a essa política industrial é criar, simultaneamente, uma envolvente favorável a essa competitividade e criar condições para que tenhamos em Portugal um investimento que, efectivamente, aposte em factores sustentáveis a prazo e não procure manter aquilo que é insustentável, que é existência de empresas centradas na estrita fabricação baseada em baixos salários associados a baixas qualificações. É preciso mudar drasticamente esta situação e este problema trava-se globalmente. A actividade siderúrgica já foi mais estratégica do que é hoje. Esta actividade, tal como a de outras empresas que operaram em sectores considerados básicos, está hoje, no contexto em que funciona a economia mundial, como digo, em mercados abertos e concorrentiais, centrada naquilo que, em calão empresarial, são as *commodities*, ou seja, produtos industriais que são transaccionados livremente através do comércio internacional, produtos esses que não são tão estratégicos quanto isso.

Portanto, convém ter a noção de que problemas como o da Siderurgia correspondem a uma estratégia que tem de ser centrada da seguinte maneira: o Estado português tinha de honrar aquilo que foram as decisões do Governo anterior e fê-lo; agora, tem de se preocupar em criar as condições para que as duas empresas existentes possam ser competitivas. Desse ponto de vista, tem de o fazer em termos do respeito integral daquilo que são os investimentos programados. E tem de o fazer, como disse, num contexto de manutenção do clima social que ali existia e no respeito pelos direitos dos trabalhadores, em termos de acordos de empresa, em termos daquilo que são a lei geral do País e os direitos que estão garantidos. Isso será feito e o representante do Estado na administração tem essa indicação e faz isso regularmente.

Simplesmente, convém ter a noção de que as tutelas, nesta economia, se fazem desta maneira: há uma administração numa empresa, no qual 80% do capital é detido por interesses privados e 20% é detido pela SGPS, que é tutelada pelo Estado, havendo um administrador que acompanha e exige ser informado, a tempo e horas, para poder exprimir as suas posições. É nesse domínio que as coisas serão feitas.

Quanto à questão do trem médio, para ficar perfeitamente clara, ele não é competitivo, é altamente deficitário. Portanto, não podemos ter a veleidade de pôr a política industrial a fazer um papel de política social ou de política de desenvolvimento regional. Temos de ter as políticas que se destinem a fazer isso; a política industrial é para promover a competitividade, é para criar em Portugal empresas mais competitivas, mais respeitadoras do ambiente, mais respeitadoras daquilo que são as expectativas do nosso povo em termos de um futuro melhor. É para isso que a política industrial serve, centrada nas empresas e na sua competitividade.

O modelo de privatização da Siderurgia Nacional, bem como aquilo que foi definido em termos dos cadernos de encargos, estava suficientemente mal feito para suscitar outra atitude da que tomámos. Por isso, promovemos um processo de auditoria global ao processo de privatização e às suas repercuções no funcionamento da empresa, para aprender com a experiência e para corrigir o que houver a corrigir, nomeadamente num domínio que estava implícito, penso eu, numa das perguntas que o Sr. Deputado Ruben de Carvalho colocou: a articulação entre os aspectos comerciais e os aspectos industriais neste tipo de actividades.

Esses aspectos, no nosso entender, não terão corrido da melhor maneira no passado. Obviamente, queremos que a articulação entre a fábrica da Maia e a do Seixal seja feita — isso está na orientação que foi transmitida ao representante do Estado — e queremos igualmente acompanhar com todo o interesse a lógica da constituição do grupo que adquiriu a SN-Longos.

Não podemos olhar para este processo à margem do que se passa na Europa e, principalmente, em Espanha, onde houve uma reestruturação na indústria de base, que temos de acompanhar.

Portanto, a lógica deste consórcio tem algum interesse desde que o Estado português acautele efectivamente, como está a fazer, essa articulação entre interesses comerciais e crie condições para que, nessa empresa, se façam os investimentos de modernização que irão conduzir a uma maior competitividade.

Respondendo à pergunta do Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, o aspecto essencial parece-me ser o de ter uma estratégia adequada para gerir a SGPS como uma empresa

de participações e a SN-Serviços como uma empresa que herdou um amalgamado de actividades sem nexo que correspondem a um dos erros neste processo de privatização. Há uma herança ambiental que é preciso resolver, há um conjunto de meios que têm a ver com o programa RESIDER II, que têm a ver com o Parque Industrial do Seixal, que têm a ver, mais vastamente, com o destino da Península de Setúbal e o seu desenvolvimento como pólo fundamental de internacionalização da nossa economia e do nosso país.

Ora, tudo isto é demasiado sério para se perceber que não podemos acudir aos problemas económicos e sociais de uma empresa ou de um sector com uma perspectiva fechada nessa empresa ou nesse sector. O que temos de fazer, ousadamente, é um quadro de efectivo desenvolvimento, de reconversão de perfis profissionais, respeitando as pessoas e o contributo que têm dado ao desenvolvimento do País. É isso o que vai ser feito e a solução para as famílias, que referiu, é feita no quadro do desenvolvimento do Parque Industrial do Seixal, no quadro do que é permitido pelo programa RESIDER II.

Tenho trabalhado com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional para garantir que sejam disponibilizados para aí novos meios. A própria herança, ao nível da SN-Serviços, pode ser, eventualmente, viabilizada com novos investimentos do ponto de vista de mudança de actividade.

Há possibilidades de estudar — e é isso que está a ser feito — novas formas de tratamento de resíduos sólidos naquelas instalações, com algumas adaptações — é uma das possibilidades, mas não significa que venha a ser concretizada essa.

Temos pela frente uma tarefa bastante pesada, que é a de criar condições para honrar os compromissos do Estado português e criar no Seixal um novo pólo de desenvolvimento industrial que tem algumas expressões. Há um investimento em curso já bastante significativo, mas outros podem seguir-se noutras actividades. A lógica para o Seixal é uma lógica de diversificação de actividades, de recolha da experiência industrial que ali está colocada e traduzida em qualificações de trabalhadores e de quadros técnicos e num ambiente orientado para a indústria. Mas é nesta diversificação e na criação de unidades competitivas que devemos apostar e não na manutenção sem sentido de operações deficitárias, na manutenção sem sentido de indústrias estratégicas que já não o são.

As indústrias estratégicas, em Portugal, são as que permitem valorizar os nossos recursos e fazer face a um desequilíbrio comercial crescente dos produtos industriais: a produção de bens de equipamentos que temos ao nosso alcance; a entrada a sério em tecnologias de informação e de automação que permitem aumentar drasticamente a competitividade de alguns sectores tradicionais em Portugal; e uma sistemática internacionalização, trabalhando noutras condições para o mercado mundial. É isto que tem de ser feito de um modo articulado, valorizando o desenvolvimento regional e a criação de um novo ambiente nas empresas. Ora, isto faz-se globalmente e não caso a caso e muito menos tentando conservar o inconservável.

Quanto ao desenvolvimento da Siderurgia e do Seixal — as duas coisas articulam-se —, lembro que a península de Setúbal é uma herança muito pesada de erros gravíssimos de desenvolvimento industrial e nunca foi tratada como uma região mas, sim, como um território. As grandes decisões do que aí operava, ao longo de décadas, foram sempre tomadas fora da península de Setúbal. Portanto, aqui-

lo que é preciso fazer é criar condições para que essa região tenha meios para se desenvolver e criar novas oportunidades de trabalho.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Há um conjunto de heranças que têm a ver com a própria crise do modelo de empresa pública que tivemos em Portugal, porque não é possível, nas condições de actual funcionamento destas economias e dos orçamentos, que o Estado possa, em simultâneo, fazer a orientação estratégica e realizar os investimentos. Quanto muito, ele pode orientar estrategicamente sem assumir toda a carga de orientação dos investimentos, pelo que a reorientação das privatizações, a redefinição da política industrial e a selectividade nos apoios consagrados para essa política industrial são os aspectos essenciais.

O que posso garantir é que a reconversão dos trabalhadores — como sabe, o que estava programado do ponto de vista dos aspectos sociais, para os quais o Estado português recebe apoios no âmbito da CECA, envolve um conjunto alargado de trabalhadores — será feita na SNS-Serviços e nas empresas privatizadas através da presença do Estado, particularmente na Longos, onde essa presença é significativa, garantindo-se todo o respeito pelos direitos dos trabalhadores, um quadro de negociação e de abertura a medidas sociais excepcionais como reformas antecipadas e condições de acesso a novas actividades. Como se sabe, também no âmbito do RESIDER II, os trabalhadores que agora são afectados têm apoios significativos para criarem unidades empresariais — e podem fazê-lo na área da manutenção, por exemplo — e há apoios para as empresas que ocupem mais de 50% de trabalhadores que venham da Siderurgia Nacional.

Portanto, há mecanismos que estão a ser accionados, esta é a perspectiva que existe e penso ser a única.

É tempo de o nosso país apostar a sério num melhor futuro industrial, para travarmos essa situação. Mas não iremos a lado algum se não assumirmos frontalmente tudo isto e se não percebermos que temos pouco tempo para tomar medidas que permitam investimentos diferentes e um novo modelo de funcionamento que respeite as regras do mercado, que aceite a concorrência e que, ao mesmo tempo, permita que o Estado tenha um papel de orientação estratégica.

É o que está a ser feito e que responde a problemas como o que foi colocado a respeito do Vale do Ave. É preciso responder a tudo isso, não caso a caso, mas uma vez, excepcionalmente, mas criando condições para que o Estado actue de um modo coordenado nas empresas em dificuldade, mobilizando os apoios que é preciso mobilizar, e não pondo as políticas a fazerem o que não devem. Um Estado e um Governo devem usar as políticas para aquilo que servem. A política industrial destina-se a promover a competitividade, a política de desenvolvimento regional a promover o desenvolvimento regional, a política de solidariedade e emprego a cuidar dos aspectos sociais desse desenvolvimento. Ora, é isso que deve ser feito e o primeiro passo está a ser dado.

As empresas privadas não são tuteladas pelo Ministério da Economia nem pela Secretaria de Estado da Indústria, o que é tutelada é a política de desenvolvimento industrial, o que é algo bastante diferente. Quotidianamente, temos tentado garantir que todos os órgãos do Estado apareçam nesses processos de um modo coordenado e não descoordenado, como tem sido a prática até agora.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, queira terminar.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Em minha opinião, isso deve ser objecto de um debate mais vasto. Por acaso, estava ontem no Vale do Ave e acompanhei esse processo, que se inclui no que é a actividade desta Secretaria de Estado, ou seja, em todos os casos em que somos colocados procuramos garantir que o Estado intervenha coordenadamente e não se tornem decisões precipitadas que inviabilizem o processo de recuperação dessas empresas.

No essencial, quero deixar a mensagem de que se trata de um processo vastíssimo, de um desafio muito grande, não apenas para o Governo mas também para a sociedade portuguesa, que exige a colaboração de todos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar às últimas perguntas, as quais, apesar de serem autónomas, vêm agregadas, e serão formuladas pelo Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes».

Sr.º Deputada Isabel Castro, pergunto se concorda em que as perguntas sejam formuladas uma a seguir à outra e respondidas conjuntamente pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente.

A Sr.º Isabel Castro (Os Verdes): — Não, Sr. Presidente, devem ser formuladas e respondidas em separado.

O Sr. Presidente: — Então, para formular a pergunta sobre o impacte ambiental relativo ao terminal de contentores no porto de Setúbal, tem a palavra a Sr.º Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.º Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Os Verdes trazem hoje à discussão, neste Plenário, a questão dos impactes ambientais relativos ao alargamento do porto de Setúbal, um projecto que não é pacífico, como bem o demonstrou o debate público realizado no passado dia 22, em Setúbal.

O que o projecto prevê é a abertura de um corredor no estuário do Sado, com cerca de 8 km de cumprimento, 180 m de largura e 15 m de profundidade, portanto, mais cinco do que tem actualmente. O objectivo é, segundo afirma, quintuplicar a actividade no porto e o tráfego marítimo de navios contentores de grande porte. Para isso, prevêem-se dragagens com um volume de 14 milhões de metros cúbicos e o depósito de mais de 10 milhões de metros cúbicos dos dragados em zonas de sapais.

Tudo isto é feito numa zona estuarina, limitada pela reserva natural do estuário do Sado, pelo parque natural da Arrábida e pela frágil e instável península de Tróia.

Os responsáveis por este projecto consideram e afirmam que ele é uma primeira fase do futuro desenvolvimento do porto de Setúbal. Mas a verdade é que já existiram outras fases — o terminal de mercadorias do porto de Setúbal, o terminal da Ford-Volkswagen —, que aumentaram significativamente a actividade e o trânsito marítimos no estuário, com as consequências que tiveram ao nível da poluição e da segurança no estuário.

Agora surge esta dita primeira fase do desenvolvimento futuro do porto. Porque será, então, que o estudo de impacte ambiental só se refere a esta fase? Isto significa o

seguinte: cada fase é sempre vista com referência ao que existe no momento, sem contabilizar os efeitos negativos que têm vindo a ser acumulados. Por isso se fala em efeitos pouco significativos. Naturalmente, é muito questionável que assim seja. O que se criam são sucessivos factos consumados, os quais, depois, servem de referência. Mas se analisarmos os impactes desta obra com referência à efectiva primeira fase, logo veremos se os impactes negativos são ou não significativos. O que se tem verificado é a decadência, ao longo de anos, da riqueza do próprio estuário, de que são também vítimas a comunidade de pescadores e a sua actividade e, por consequência, toda a região, ao nível económico, social e ambiental.

Pergunto se o Governo não está disponível, no mínimo, para prosseguir o debate público e promover um debate, sobre as consequências deste projecto, na comunidade científica, com técnicos que já participaram em trabalhos sobre o estuário do Sado, para que a decisão seja tomada também com o mais amplo apoio da população da região.

Qualquer intervenção no estuário não pode apenas ser vista ou ter como principais factores determinantes na avaliação dos seus impactes razões de ordem económica, algumas das quais não passam de mera especulação.

Face a tudo isto, gostaria ainda de perguntar ao Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente se considera que este é um estudo de impacte ambiental sério e rigoroso, tendo em conta que ele é feito com base na legislação existente e que a Sr.ª Ministra do Ambiente já considerou ser necessária e urgente a criação de uma nova legislação para os estudos de impacte ambiental.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, dispondo de três minutos.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, antes de mais, deixe-me agradecer-lhe a sua pergunta, pois permite ao Governo, em primeiro lugar, reafirmar a sua posição sobre a matéria de estudos de impacte ambiental, implícita nas últimas palavras da sua pergunta, e, em segundo, fazer o ponto da situação sobre um projecto de desenvolvimento da área portuária de Setúbal quanto ao terminal de contentores.

Como a Sr.ª Deputada sabe — e os Srs. Deputados também devem saber —, terminou a fase de consulta pública, que é uma parte quase final da avaliação de impacte ambiental, e agora a comissão nomeada no passado para avaliar o estudo de impacte ambiental vai produzir o seu parecer.

Presumo que a Sr.ª Deputada estará de acordo comigo se disser que esta comissão de avaliação do estudo de impacte ambiental deve emitir um parecer completamente independente da Administração. Compreenderá também que o Governo não deve tomar qualquer posição política de avaliação do impacte ambiental antes de ter o parecer técnico e objectivo da comissão de avaliação.

No entanto, digo-lhe o seguinte: quanto a este projecto, estão identificadas duas áreas fundamentais de impacte.

A primeira relaciona-se com os próprios trabalhos de dragagem, no que diz respeito à construção do canal de acesso ao novo terminal de contentores. Como é natural, esse impacte é significativo, porque estamos a falar de uma área estuarina, uma área muito sensível, e tem implicações com a dinâmica daquela zona, os ecossistemas e a actividade económica que estes proporcionam.

A segunda área diz respeito à deposição desses dragados. Como a Sr.ª Deputada referiu, trata-se de uma grande quantidade de dragados, não só em volume mas também quanto à área a aterrás com esses dragados previstos no projecto.

São estas as duas áreas fundamentais de impactes e será à luz da avaliação que fizemos, depois de recebermos o parecer da comissão, que o Ministério do Ambiente se pronunciará.

Como é natural, teremos em conta as características da área onde se pretende esse desenvolvimento da actividade portuária e o facto de se tratar de um estuário, cuja preservação é fundamental para o equilíbrio da actividade económica que suporta. Acresce que a preservação desse património natural é fundamental para assegurar todo o equilíbrio da área protegida que lhe está adjacente.

Sr.ª Deputada, quero garantir-lhe que o Governo será firme e intransigente no que é essencial: assegurar que qualquer desenvolvimento económico não porá em causa o património natural do estuário do Sado.

Finalmente, quanto à matéria de estudos de impacte ambiental, de facto, vamos rever a legislação à luz da doutrina que o PS sempre teve a este respeito e de um projecto de lei, de que me recordo ter sido o primeiro subscritor, que o PS apresentou nesta Assembleia, o qual inclui essencialmente três mudanças: uma, ao nível da comissão de avaliação do estudo de impacte ambiental, pois pretendemos que tenha uma independência da Administração que neste momento não tem; outra, dando ao Ministério do Ambiente o parecer vinculativo; e, finalmente, regulamentando a consulta pública.

Os estudos de impacte ambiental não serão no futuro aquilo que foram no passado, ou seja, meros instrumentos para justificar ambientalmente decisões já tomadas. Os estudos de impacte ambiental são um instrumento essencial de política preventiva do ambiente, pelo que pretendemos reforçá-lo e dar-lhe a dignidade que deve ter na política de ambiente.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos adicionais, os Srs. Deputados Heloísa Apolónia, Manuel Vargas, Joel Hasse Ferreira, Odete Santos e Isabel Castro.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, dispondo de dois minutos.

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, creio que fica perante todos nós o registo de que o Governo afirmou não permitir — creio terem sido estas as palavras, se não são taxativas, são muito parecidas, do Sr. Secretário de Estado — o desenvolvimento económico sem ter em conta os impactes negativos, nomeadamente os deste alargamento do porto de Setúbal. Mas, como já esperávamos, e por algumas afirmações já prestadas pela Sr.ª Ministra do Ambiente, o Sr. Secretário de Estado acabou por, de certa forma, remeter esta questão para os técnicos, indo de algum modo ao encontro das palavras da Sr.ª Ministra, de que esta é uma questão técnica. Ou seja, e procurando transmitir as palavras da Sr.ª Ministra, se os técnicos decidirem que «sim», é sim, se os técnicos decidirem que «não», é não. Como é óbvio, cremos que o assunto não passa unicamente por questões técnicas, mas, apesar de estas serem importantes, ele é basicamente político. E lamento que o Sr. Secretário de Estado não tenha aqui avançado a apreciação política que o Governo faz sobre esta matéria.

Assim, Sr. Secretário de Estado, o meu pedido de esclarecimento tem directamente a ver com a zona dos sa-

país, onde se prevêem depósitos dos dragados, não sendo, por isso, neste momento uma zona classificada. Deixou de o ser, o que é um mal. Com a deposição dos dragados remedia-se um mal com outro mal. Depois, prevê-se o alargamento do próprio porto, o que é outro mal em cima de dois males. Gostaria que o Sr. Secretário de Estado fizesse um comentário sobre tudo isto, que vem obviamente previsto no próprio estudo de impacte ambiental.

Como é que o Governo avalia a questão do desemprego na comunidade piscatória, enunciada no próprio estudo de impacte ambiental, e a criação de postos de trabalho, sendo 100 na altura da construção e 700 numa fase posterior? Creio que são duas questões extremamente contraditórias, que têm vindo a público pelo estudo de impacte ambiental, e deveriam ser exploradas na discussão que pretendemos fazer hoje.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, dispondo para o efeito de um minuto.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, muito rapidamente, quero dizer que, por um lado, tranquiliza-nos o que o Sr. Secretário de Estado disse quanto às intenções e à firmeza na defesa intransigente do estuário, mas, por outro, temos de facto preocupações sérias.

A nossa dúvida tem a ver com fundadas reservas que temos quanto a pensarmos se o tráfego de contentores justificará efectivamente o parque naquela zona. Temos sérias preocupações quanto ao problema da perturbação que pode introduzir no equilíbrio do próprio estuário do Sado, na sua fauna.

Há, como sabe, um conjunto de preocupações na zona de Setúbal que se ligam à questão da protecção dos sapos, das áreas protegidas. Compreendemos a necessidade que há, de facto, de trabalhar no sentido do desenvolvimento económico, mas também queremos trabalhar pela preservação do ambiente. Confiamos que este Governo trabalhe neste sentido e esperamos que os estudos de impacte ambiental, que sabemos serem importantes, não se destinem a justificar decisões, como alguns que por aí houve, mas sirvam, isso sim, de suporte a essas decisões.

Era este conjunto de preocupações que queríamos transmitir, que é algo que muito nos preocupa, em termos do funcionamento, da protecção e do equilíbrio ecológico do próprio estuário do rio Sado naquela zona. Isto é, será que, em termos económicos, haverá de facto alguma vantagem significativa neste momento em o terminal de contentores ir para ali?

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª Odete Santos (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, relativamente a esta matéria, gostaria de insistir na pergunta, que não foi respondida, formulada pela Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

Está ou não o Ministério disposto a intervir no sentido de se prorrogar o prazo da consulta pública? Em nosso entender, isto é muito importante. Estas questões não têm apenas a ver com o Ministério do Ambiente, mas também com o Ministério da Economia. Apoiamos a rentabilização do porto de Setúbal, mas há questões que são colocadas, por exemplo, pela Associação dos Portuários do Sado em relação até à própria utilidade deste projecto, em que eles afirmam que irão ser gastos centenas de milhares de contos,

que nem sequer foi feito um estudo de mercado sobre a sua rentabilidade, e afirmam que com menos custos se conseguiram obter melhores resultados. Por outro lado, os agentes económicos locais queixam-se de que não foram sequer consultados sobre o projecto.

Uma outra questão tem a ver com a importância dos sapais da zona da Mitrena, que são a sobrevivência das famílias daquela área, para além do problema da destruição da fauna e da flora, que irá ocorrer, como já reconheceu um representante da empresa IMPACTE, que foi a que fez o estudo, dizendo que seria irreversível a morte dos sapais da Mitrena. E há muitas famílias que vivem dessa zona.

O Sr. Presidente: — Faça favor de terminar, Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Oradora: — Término de imediato, Sr. Presidente.

Assim, e querendo lamentar expressamente que a maioria socialista da Câmara Municipal de Setúbal tenha, ao que parece e segundo foi revelado numa audiência pública, cedido às pressões do Governo PSD para desanexar da reserva ecológica nacional esta área, que é onde irá ser provocado o aterro, se o projecto for para frente, lamentando isto, pergunto, Sr. Secretário de Estado, tendo em conta a legislação, embora deficiente, que permite a prorrogação da consulta pública, se não considera o Ministério ser de utilidade ouvir mais gente, como o sindicato dos pescadores, as cooperativas dos pescadores, etc., para, depois, poder fazer a avaliação deste projecto.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, independentemente dos erros e do consenso que reúne o facto de a legislação em vigor, em matéria de impacte ambiental, ter de ser modificada, há uma questão que se coloca no imediato e que tem a ver com o facto de, apesar de ter de haver pareceres técnicos, com o que estou de acordo, a decisão é política, como diz e bem. Esta é a decisão que esperamos nesta matéria, donde o Governo não se pode distanciar dela.

Entretanto, há um conjunto de obras feitas anteriormente, com a tal lei antiga, onde as intervenções eram feitas de forma a minimizar os impactes ambientais. Não concretamente em relação a isto, dou-lhe múltiplos exemplos, o último, se quiser, pode ser o da ponte do Freixo, no Porto. Portanto, houve um conjunto de intervenções previstas, calendarizadas, cuja conclusão deveria ter coincidido com a abertura da obra. Tal não aconteceu, e, sobre esta matéria, o novo Executivo ainda nada fez.

Posto isto, pergunto: nestas situações, em que factos destes ocorreram, qual é a atitude do Governo? É um mero observador, nada tendo a ver com a situação, porque a lei é má e está à espera de mudar num qualquer dia, ou interfere, como é nosso entendimento, para que as obras de minimização sejam feitas de acordo com as deliberações anteriores?

O Sr. Presidente: — Para responder ao conjunto das questões solicitadas, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente. Dispõe de 10 minutos para o efeito.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por agradecer as perguntas que me fizeram.

Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, quanto à sua questão, que me parece importante, devo dizer-lhe que a decisão sobre esta matéria é eminentemente política. Ela exige um julgamento social sobre os interesses em presença e a decisão será política. Não nos escondemos, cobardemente, atrás de qualquer parecer ou decisão técnica, porque não há decisões técnicas para a resolução destes conflitos. A Sr.^a Deputada compreenderá que não exprimo em definitivo qualquer opinião política para não condicionar um parecer técnico, que tem o seu lugar na Comissão de Avaliação. Penso que não podemos deixar de estar de acordo neste ponto.

Prometo-lhe que até ao final do processo de avaliação de impacte ambiental, que ocorrerá, presumo eu, no dia 29 de Fevereiro, o Governo terá uma posição, essa, sim, política sobre esta matéria, que não deixará de ter em conta, como exprimi, aquilo que me parece ser essencial, a conservação do património natural do estuário do Sado, e que identifiquei, para a ajudar nas pistas em relação ao pensamento do Governo nesta matéria, as duas áreas principais de impactes, como o Governo entende que devem ser vistas, avaliadas e ponderadas, que são as que resultam das próprias obras de dragagem e da deposição dos dragados, que, embora não afecte toda a área do sapal, afecta 30 ha, o que é significativo. Mais, apesar de aqueles sapais não estarem incluídos, como observou a Sr.^a Deputada Odete Santos, na área protegida, a verdade é que algumas dessas áreas foram consideradas, pelo Governo português, como zonas de protecção especial, no que diz respeito à directiva sobre protecção de aves. Isto quer dizer que devemos ter um cuidado muito especial sobre essa área e sobre esse impacte.

No entanto, a apreciação desta matéria será inevitavelmente política e nunca o Governo deixará de expressar essa vontade política a coberto de qualquer justificação técnica.

O Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira transmitiu algumas dúvidas sobre a viabilidade ou justificação económica do empreendimento. Não estou nas melhores condições para lhe responder porque é uma matéria que naturalmente tem a ver com a política de transporte marítimo e com as decisões que se tomam no sentido de dar uma nova competitividade a um porto e uma escolha, entre os portos disponíveis no País, daquele que melhor se adeque às funções de recepção de contentores, e que, portanto, se definam os *hinterland*. Confesso que não estou em condições de responder a esse ponto, até porque o dever do Ministério do Ambiente é apenas o de olhar para um projecto e assegurar que ele se coadune com aquilo que é a defesa dos interesses ambientais e que tenha, no caso de ir para a frente, de ser essa a decisão do Governo, os menores custos ambientais do empreendimento. A função dos estudos de impacte ambiental é a de assegurar que as soluções sejam as mais adequadas e tenham os menores custos ambientais.

A Sr.^a Deputada Odete Santos pergunta-me se o Governo não estaria disposto a prorrogar a consulta pública. Infelizmente já é tarde, a consulta pública já terminou. Sei que os órgãos do Partido Comunista Português, em Setúbal, pediram uma prorrogação desse prazo, ao que lhes foi respondido que não era possível, dado isso pôr em causa os prazos legais. Estou a dizer o que me disseram os serviços, porque não fui eu nem o Governo que tomaram qualquer decisão, como certamente compreenderá. Além disso estavam em causa 10 dias.

No entanto, devo dizer-lhe que estes debates também contribuem para avaliar as questões em presença e para a decisão política. Além do mais, o Governo também está

disponível para estudar melhor o empreendimento, o que significa que uma das possíveis decisões do Governo poderá ser a de obrigar a um estudo mais aprofundado das diversas possibilidades e estudar, eventualmente, uma nova deposição de dragados ou uma minimização dos impactes ambientais das próprias obras de construção. Isto quer dizer que vamos ter muitas oportunidades para discutir esta matéria, e penso que este projecto não deixará de ter o debate público que deverá ter uma obra tão relevante para a península de Setúbal e para o estuário do Sado, sendo que este estuário é uma das áreas naturais de maior importância para o país.

Finalmente, a minimização dos impactes ambientais, digamos assim, decorre dos estudos de impacte ambiental, são propostas, e decorre também daquilo que é a consulta pública. Devo dizer que o Governo está muito atento a esta área. E porquê? Porque pensamos que os estudos de impacte ambiental devem servir para escolher a solução ambientalmente mais correcta, mas tudo o que é previsto em projecto para minimizar os impactes ambientais deve ser, de facto, cumprido.

Digo que estamos muito atentos porque também na revisão do quadro legal vamos apurar se no passado todas essas medidas escritas no papel foram de facto cumpridas. Terão oportunidade de ver, a muito breve prazo, uma iniciativa do Governo que dá resposta exactamente a esse ponto. Isto é, vamos ao local dos projectos já executados ver se todos os principais promotores dos empreendimentos sujeitos à avaliação de impacte ambiental cumpriram tudo o que estava escrito no papel, no que dizia respeito à minimização dos impactes ambientais. E tenho esperanças de que possam vir a aplaudir e a ficar satisfeitos com esta iniciativa do Governo, que se insere na revisão que estamos a fazer dos estudos de impacte ambiental, que, como disse, gostaríamos de ver transformada no instrumento mais importante de uma política de ambiente preventiva, no sentido de prevenir os impactes e não apenas de os solucionar, o que, infelizmente, está de acordo com o papel desses estudos.

O Sr. Presidente: — Finalmente, para formular uma pergunta sobre a despoluição do rio Trancão, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, uma vez mais trazemos ao Plenário a questão do Trancão, que está directamente ligada à realização da Expo 98.

As razões para a recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Trancão são por demais óbvias para que este projecto tenha sido assumido pelas diversas entidades nele envolvidas como prioritário, o que aconteceu, e ao qual a realização da Expo 98 veio colocar um limite temporal. É perante esta situação e as diversas componentes que esta intervenção pressupunha que a questão se coloca.

Desde logo, é importante a regularização fluvial e o controlo de cheias, até pelas catástrofes ocorridas em 1967 e em 1983, e os acontecimentos dos últimos dias mostram à evidência a necessidade de intervir globalmente neste sentido.

O controle da poluição nesta zona, estando em curso grandes obras de saneamento básico em Frielas e São João da Talha, é essencial para este projecto. Também a valorização ambiental das zonas urbanas envolventes é dele parte integrante, sendo ainda determinante para a eficácia desta intervenção o tratamento das lamas que há anos se acumulam no leito do rio Trancão.

Esta questão foi várias vezes trazida ao Plenário porque qualquer intervenção deste tipo pressupunha o conhecimento daquilo que importava remover sob pena de toda a intervenção no Trancão não ter qualquer eficácia. Aliás, a própria leitura do Decreto-Lei n.º 289/95, de 10 de Novembro, que define as intervenções a efectuar no âmbito do Trancão, clarifica que mesmo o saneamento básico e o tratamento dos efluentes não terá eficácia nem efeitos visíveis se não houver uma intervenção profunda sobre o leito do Trancão, por forma a anular a influência de grande quantidade de lamas contaminadas que profundamente o afectam. É perante tudo isto que hoje a questão se coloca.

Foi com grande espanto que tomámos conhecimento de notícias que nos causaram preocupação quanto a esta intervenção. Por um lado, em termos da regularização fluvial e controle de cheias, foi anunciado o propósito de intervir na zona terminal do Trancão que já está definida, ou seja, até aos 2,5 Km sensivelmente, o que nos levanta dúvidas.

Embora não publicado, há cinco anos o Ministério do Ambiente encorajou à Hidrotécnica Portuguesa um estudo sobre o plano geral de intervenção para regularização fluvial do Trancão, de acordo com o qual as intervenções no conjunto da zona terminal e da bacia tinham de estar articuladas sob pena de a intervenção operada na foz poder ter efeitos perversos, quer em termos de salinização, quer por haver a possibilidade de provocar um aumento na cota de cheia. Ora, foi com espanto que não ouvimos falar de uma intervenção global na zona terminal e na bacia por parte de entidades ligadas à Expo 98, que apenas se referiram à parte final.

Em relação às lamas,...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Concluo de seguida, Sr. Presidente.

Não tendo o Governo fornecido elementos sobre a caracterização das lamas, como pode explicar-se, se é certo o que tem sido noticiado pela comunicação social, que o Governo apenas se proponha intervir nas lamas que possam constituir um obstáculo para a intervenção hidráulica? São, pois, estas as duas perguntas que formulo.

O Sr. Presidente: — Para responder, por tempo não superior a três minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, agradeço as questões colocadas.

O Governo tem vontade que o Trancão deixe de figurar na agenda do debate ambiental — já não estou sentado na bancada do PS, mas não mudei o discurso. Acontece que o Trancão é uma questão essencial e urgente na resolução de um problema que não é apenas ambiental mas que também se refere à protecção de pessoas e bens, ligando-se ainda à prevenção de cheias e de regularização do rio naquela bacia hidrográfica.

A Sr.^a Deputada quis saber, em primeiro lugar, se o Governo se preocupa apenas com a parte terminal do Trancão ou também com o plano prioritário, isto é, com as áreas críticas da bacia hidrográfica deste rio. O Governo está atento ao plano prioritário definido no estudo a que se referiu, que diz respeito às áreas críticas e não apenas à área terminal, e acordou com a Expo 98 que esta entidade lançará concursos em todas as áreas críticas porque o objectivo do Trancão é o de responder à regularização fluvial e prevenir cheias no futuro em zonas densamente povoadas, que foram classifi-

cadas por esse plano como eminentemente críticas. Tudo isto sem perder de vista o plano global cujas decisões macro ainda não estão completamente assentes.

Em segundo lugar, no que se refere ao troço final e às lamas, posso dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que esta questão desaparecerá da polémica ambiental porque, no próximo mês, a Expo 98 promoverá um concurso para remoção de lamas e requalificação das margens, o que está previsto no projecto quanto à despoluição e à limpeza do leito do rio na parte terminal.

Como sabe, o estudo de caracterização das lamas destinava-se a apurar, por um lado, a melhor tecnologia para retirá-las e, por outro, a estudar, em função da caracterização feita, o destino final a dar-lhe. Esse estudo, que é fundamental, ficará concluído dentro de 15 dias e no final deste mês de Fevereiro a Expo 98 lançará o concurso para limpeza dos fundos, das lamas bem como da requalificação das margens dessa área.

Tenho a certeza de que, no que diz respeito ao projecto e à parte terminal, tudo o que se relaciona com a despoluição e é da responsabilidade do Ministério do Ambiente estará concluído em 1998 e em condições de ser usufruído pelos lisboetas.

Espero também, no que diz respeito à actuação da autarquia, isto é, à despoluição, construção da estação de Frielas e ligação de toda a malha industrial e dos diversos esgotos urbanos à estação de Frielas, que as obras estejam prontas em 1998 de modo a que pelo menos o tratamento secundário esteja em condições de proporcionar-nos uma parte final do Trancão adequada à ideia que todos temos da Expo 98 de um projecto com uma riqueza ambiental, o que não acontecerá se o Trancão não estiver despoluído.

O Trancão implica não apenas a limpeza e a requalificação das margens mas também a despoluição, que é uma componente essencial e, afim, joga-se de forma evidente uma concertação estratégica muito firme entre o Governo, que assegura o financiamento, e a Câmara Municipal de Loures, que gostaríamos que participasse neste objectivo com a vontade e o empenhamento demonstrados, para que a estação de Frielas entre em funcionamento em 1998, pelo menos ao nível do tratamento secundário.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, duas perguntas.

A primeira é relativa à importância da actuação dos industriais. Essa é uma apreensão nossa na medida em que ouvimos alguns industriais manifestarem a intenção de não se ligarem ao sistema, obrigando esta situação a uma intervenção articulada do Ministério da Economia e do Ambiente no sentido de garantir que, de duas uma: ou os industriais têm uma solução alternativa ou, não sendo esta possível, devem ficar ligados ao sistema porque não podem verificar-se situações de impunidade. Gostava, pois, de saber como pensa o Governo ultrapassar esta situação.

A segunda diz respeito a lamas: melhores tecnologias, caracterização, destino final. Disse o Sr. Secretário de Estado que o estudo estará concluído no final deste mês. Esta é para nós uma questão muito importante porque ouvimos o Sr. Comissário Cardoso e Cunha dizer, ao referir-se esta mesma semana a estes sedimentos, que eles não precisavam de ser tratados. Acaso estará a Expo 98 a preparar-se para depositar estes lodos no oceano? Esta situação, Sr. Secretário de Estado, não pode continuar. O Ministério do

Ambiente tem de intervir na Expo 98, que não pode continuar a agir *de motu proprio*.

Finalmente, gostava de saber se acaso pode o Governo garantir que, daqui para o futuro, a remoção de lamas para escoamento tenha uma solução. O Governo garante a descontaminação, a inexistência de riscos para a saúde pública, o fim dos cheiros nauseabundos naquela zona e a sua valorização nos termos previstos? São estas as perguntas que desejava ver esclarecidas e, em relação às lamas, gostaria que fosse adiantado o calendário para execução desta obra.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Vargas.

O Sr. Manuel Vargas (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, preocupam-nos duas questões. Quem tenha passado ultimamente pela várzea de Loures depara-se com um espectáculo de cheias de grandes proporções, que mais parece um enorme braço de mar.

Das acções de fundo referidas ainda não fiquei devidamente esclarecido em relação a duas vertentes. Por um lado, não temos conhecimento da situação em que se encontra a elaboração do plano de gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Trancão, que a Lei n.º 45/94 previa estar concluído até final do mês de Fevereiro. Por outro, relativamente ao estudo que a Hidrotécnica Portuguesa elaborou há alguns anos e sobre o qual o LNEC deu parecer, o anterior Governo sempre afirmou estar para breve a sua aprovação, pelo que gostava de saber se o mesmo já foi aprovado pelo Ministério do Ambiente.

Mas, independentemente dessas acções de fundo, há algumas pontuais que têm de ser levadas a cabo. E após esta situação dramática de cheias de grandes proporções que se regista na várzea do Trancão, pergunto, Sr. Secretário de Estado: como vamos encarar situações pontuais e concretas de limpeza e aprofundamento dos leitos, de reforço de diques e de consolidação de margens?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, quem convive com as populações da zona da bacia hidrográfica do Trancão, sabe que este rio era, há uns anos, um pólo de animação e que havia uma ligação muito próxima entre ele e a população. Hoje, pelo contrário, é um rio sem vida e que, em vez de aglutinar as populações, pelo contrário, afasta-as, tendo o seu estado de poluição graves consequências para a qualidade de vida das pessoas ali residentes.

Gostava de saber, em primeiro lugar — e é certo que algumas destas questões já foram abordadas — se não deverá ser dada prioridade à regularização fluvial e ao controle das cheias, até pelos acontecimentos a que temos vindo a assistir durante este inverno e se, na falta de uma intervenção global nesta matéria e limitando-se a intervenção apenas à zona da foz do rio Trancão, não estaremos a correr o risco de aumentar a cota de cheia num futuro muito próximo, nomeadamente em situações como as que ocorreram há algum tempo.

Como também é necessário, para além de todas as intervenções previstas, que se acautele o futuro, gostava de saber, em segundo lugar, se o Ministério irá intervir no sentido de proporcionar e fomentar a ligação dos vários esgotos industriais ao sistema de esgotos do concelho, questão esta fundamental.

Finalmente, para terminar, que procedimento vai adoptar o Governo em relação ao concelho de bacia hidrográfica e ao seu envolvimento em todo este processo?

O Sr. Presidente: — Para responder, por tempo não superior a 10 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, certamente não fui muito claro na resposta dada à Sr.ª Deputada Isabel Castro, mas gostava de garantir-vos que as obras vão arrancar a meio do ano e que, aliás, a Expo 98 vai lançar o concurso a que está obrigada já em Fevereiro.

Porém, o que faz falta em matéria ambiental é lançarmos mãos à obra porque o sentimento genérico é o de que está tudo um pouco por fazer. O Ministério do Ambiente precisa de apresentar obra feita, nomeadamente no caso do Trancão, que se arrasta na agenda ambiental há muitos anos. Neste momento, estamos em condições de, com eficácia, nos lançarmos nessa empreitada de regularização e despoluição do Trancão e de mostrarmos resultados. As pessoas precisam de começar a sentir que há resultados e Portugal não pode passar anos e anos sem mostrar o rio despoluído. Isto é um pouco uma vergonha para a nossa sociedade porque a verdade é que a questão do Alviela ainda se arrasta na agenda ambiental e, quanto aos principais rios que atravessam zonas densamente povoadas, há muito que se diz que estão poluídos. Portanto, temos de mostrar que somos capazes de despoluir um rio, o que não é assim tão difícil de fazer. Assim, Srs. Deputados, podem ficar descansados porque, em Fevereiro, vai arrancar o concurso para a despoluição da parte terminal do rio Trancão, que vai ser levada a cabo dentro dos prazos previstos.

Por outro lado, quero assegurar-vos de que quem toma as decisões em matéria ambiental não é a Expo 98 nem o Sr. Comissário, mas o Ministério do Ambiente. Se o Sr. Comissário fez alguma afirmação a propósito do destino das lamas devo dizer-vos que ignoro que informações tem pois todos nós aguardamos a caracterização das lamas, justamente para dar-lhes um destino final adequado. Foi um investimento que se fez, tempo que se perdeu, mas entendeu-se que era conveniente saber o que lá estava para, em primeiro lugar, definir a melhor tecnologia para removê-las e, em segundo lugar, sabermos onde iremos pô-las, justamente porque a suspeição existente quanto a vários tipos de contaminação obrigará a cuidados diferenciados em função da caracterização que for feita.

Aliás, como também já sabe, tudo o que diz respeito à Expo 98, em matéria ambiental, vai ser alvo de mudança. Na verdade, a Expo 98 é um grande projecto de requalificação urbana, que constitui um grande projecto ambiental para a zona oriental de Lisboa e é fundamental que tenha uma melhor imagem ambiental, o que é importante para a própria empresa e para o País.

Por outro lado, o plano de gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Trancão não está terminado, embora, conforme foi dito, devesse estar até ao final de 1996. Pois devia, só que o anterior governo não o fez e nós vamos fazê-lo.

O mesmo se passa quanto ao plano geral, que encontrámos ainda comprometido. Porquê? Porque ainda há uma polémica acerca da melhor solução para o plano geral, polémica essa que vamos ter de dirimir. Mas repito que também encontrámos este trabalho por fazer. No entanto, é importante perceber que este plano geral não invalida que

já esteja definido como prioritário o plano que responde às zonas críticas da bacia do rio Trancão, àquelas que podem ser mais perigosas em termos de cheias. Trata-se de uma obra de grande envergadura, que vai custar cerca de 5,5 milhões de contos na parte terminal, e cuja conclusão está prevista durante a vigência do II Quadro Comunitário de Apoio, isto é, até 1999. Tenho muitas esperanças de que, apesar dos atrasos verificados no passado, quer por parte do Ministério do Ambiente quer também devido às propostas relativas à estação de Frielas, conseguimos levar a cabo esta tarefa e possamos chegar ao final do milénio e apresentar uma obra decente de uma regularização feita numa zona densamente povoada e de uma despoluição feita como deve ser.

Naturalmente, eu próprio também tenho muitas saudades do tempo em que o rio Trancão era um rio que «criava sonho nas crianças» — lembro-me do Constantino, personagem criada pelo escritor Alves Redol, que sonhava em descer o rio Trancão —, mas esses tempos já lá vão. A responsabilidade desta nova geração, de nós todos, é conseguirmos que esses sonhos voltem à cabeça dos nossos jovens para que possam desfrutar de um rio em condições de ser estimado e considerado como património natural que não temos o direito de deitar fora.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado.

Srs. Deputados, a ordem de trabalhos distribuída para a sessão da próxima quarta-feira refere um debate de urgência, o qual não se efectuará, pelo que a respectiva agenda será a seguinte: período de antes da ordem do dia, seguido de período da ordem do dia do qual constará a apreciação do projecto de lei n.º 68/VII — Criação dos conselhos municipais de segurança dos cidadãos (PCP).

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 5 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Eduardo Ribeiro Pereira.
João Rui Gaspar de Almeida.
José Manuel Rosa do Egípto.
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.

Partido Social Democrata (PSD):

António Paulo Martins Pereira Coelho.
Artur Ryder Torres Pereira.
Fernando Santos Pereira.
João Bosco Soares Mota Amaral.
José de Almeida Cesário.
José Maria Lopes Silvano.
José Mário de Lemos Damião.
José Mendes Bota.
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
Vasco Pulido Valente.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.
Maria Helena Pereira Nogueira Santo.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.

**DIÁRIO
da Assembleia da República**

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 234\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios ou assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, I. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092 Lisboa Codex.